



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MANOEL AURIÉLIO DE CARVALHO LOPES

**O ENSINO DE FILOSOFIA COMO UM APORTE POLÍTICO NO COMBATE ÀS
FAKE NEWS: A QUESTÃO DA VERDADE NA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT**

FORTALEZA

2024

MANOEL AURIÉLIO DE CARVALHO LOPES

O ENSINO DE FILOSOFIA COMO UM APORTE POLÍTICO NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*: A QUESTÃO DA VERDADE NA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Filosofia e ensino.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo George de Araújo Silva.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes, Manoel Auriélio de Carvalho.

O ensino de Filosofia como um aporte político no combate às Fake News: a questão da verdade na política em Hannah Arendt / Manoel Auriélio de Carvalho Lopes. – 2024.

103 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo George de Araújo Silva .

1. Ensino de Filosofia. 2. Fake News. 3. Verdade. 4. Totalitarismo. I. Título.

CDD 100

MANOEL AURIÉLIO DE CARVALHO LOPES

O ENSINO DE FILOSOFIA COMO UM APORTE POLÍTICO NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*: A QUESTÃO DA VERDADE NA POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Filosofia e ensino.

Aprovada em: 31/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo George de Araújo Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Batista Fernandes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco Joatan Freitas Santos Junior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, que me proporcionou chegar até aqui, encorajando-me e capacitando em todos os momentos.

À minha família, a qual sempre acreditou em mim.

Ao meu amigo, professor Henrique Alves Raulino.

Ao meu amigo, professor Rogean Rodrigues Souza.

À minha amiga, professora Nádia Alves Lima.

Ao meu amigo, professor Francisco das Chagas Barroso Uchôa.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha mãe, Maria Zuleide de Carvalho Lopes e ao meu pai, Antonio Cordeiro Lopes.

Aos meus irmãos.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ricardo George de Araújo Silva.

A todos os professores do Mestrado em Filosofia (UFC), em especial ao Professor Dr. José Carlos.

A todos, minha eterna gratidão!

RESUMO

O problema das *Fake News* é um assunto preponderante, principalmente quando os setores da informação e da comunicação são analisados, uma vez que aquelas estão presentes em nosso cotidiano, tornando-se um meio de propagar notícias falsas de modo massivo com o objetivo de distorcer os fatos e manipular a opinião pública para obter vantagens políticas e econômicas. Pensando no referido contexto, este trabalho apresenta a dinâmica contemporânea de produção de *Fake News* nas mídias sociais e suas consequências para o espaço público e para a política. A discussão aqui proposta parte das reflexões contidas na obra da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) sobre as consequências da produção sistemática de mentiras para a vida política das sociedades contemporâneas. Aqui, destacamos “As Origens do Totalitarismo” (1951), livro que a consagraria com o reconhecimento dos seus escritos pela comunidade intelectual. Em 1958, a autora publicou o livro “A Condição Humana”, sendo o de maior relevância filosófica. O trabalho divide-se em três partes. No primeiro momento, há uma descrição sobre o que foi o totalitarismo, governo do terror e da mentira; trabalham-se os conceitos de sociedade de massa e apoliticidade, expondo a dimensão das propagandas e organizações totalitárias, responsáveis por criarem e difundirem mentiras. Na segunda parte, investiga-se a relação entre política e verdade em Arendt; verdade factual e política; a mentira [*Fake News*] um mal na política. A terceira parte aborda a ação e o espaço público como “locais” da verdade; ação e revelação do agente como forma de resistência às *Fake News* e ação e suas faces: imprevisibilidade – irreversibilidade – perdão – promessa. Do ponto de vista metodológico, a dissertação, além de uma pesquisa bibliográfica e uma exegese textual a partir dos escritos de Hannah Arendt acerca do tema proposto, faz uma intervenção pedagógica sobre a temática. Percebe-se a necessidade de entender a relação entre política e produção de mentiras com intuito de dominar, também ocorre a compreensão quanto à necessidade de preservação de um espaço público com o objetivo de garantir a publicização das verdades factuais e permanentes.

Palavras-chave: ensino de filosofia; *Fake News*; verdade; totalitarismo.

ABSTRACT

The problem of Fake News is a preponderant issue, especially when the information and communication sectors are analyzed, since they are present in our daily lives, becoming a means of propagating false news in a massive way with the aim of distorting information facts and manipulate public opinion to obtain political and economic advantages. Thinking about this context, this work presents the contemporary dynamics of Fake News production on social media and its consequences for public space and politics. The discussion proposed here is based on reflections contained in the work of philosopher Hannah Arendt (1906-1975) about the consequences of the systematic production of lies for the political life of contemporary societies. Here, we highlight “The Origins of Totalitarianism” (1951), a book that would consecrate her with the recognition of her writings by the intellectual community. In 1958, the author published the book “The Human Condition”, which is the most philosophically relevant. The work is divided into three parts. At first, there is a description of what totalitarianism was, a government of terror and lies; the concepts of mass society and apoliticality are worked on, exposing the dimension of propaganda and totalitarian organizations, responsible for creating and spreading lies. In the second part, the relationship between politics and truth in Arendt is investigated; factual and political truth; lies [Fake News] are evil in politics. The third part addresses action and public space as “sites” of truth; action and revelation of the agent as a form of resistance to Fake News and action and its faces: unpredictability – irreversibility – forgiveness – promise. From a methodological point of view, the dissertation, in addition to bibliographic research and textual exegesis based on Hannah Arendt's writings on the proposed topic, makes a pedagogical intervention on the topic. There is a need to understand the relationship between politics and the production of lies with the aim of dominating. There is also an understanding of the need to preserve a public space with the aim of guaranteeing the publication of factual and permanent truths.

Keywords: teaching philosophy; Fake News; true; totalitarianism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	TOTALITARISMO: O GOVERNO DO TERROR E DA MENTIRA	11
2.1	Totalitarismo e suas feições: sociedade de massa e apoliticidade	11
2.2	Propaganda e organização totalitária: a mentira sistemática	25
2.3	Ideologia como risco à verdade factual e o terror como forma de governo	32
3	POLÍTICA E VERDADE EM HANNAH ARENDT	37
3.1	A verdade factual é política	37
3.2	A mentira [<i>Fake News</i>], um mal na política	44
4	AÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO COMO ESPAÇO DA VERDADE	55
4.1	Ação e revelação do agente como forma de resistência às <i>Fake News</i>	55
4.2	Ação e suas faces: imprevisibilidade – irreversibilidade – perdão – promessa	64
4.3	O ensino de filosofia como um aporte no combate às <i>Fake News</i>	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICE A - CARTILHA ENFRENTANDO <i>FAKE NEWS</i>, UM ATO POLÍTICO	92

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Filosofia proporciona a superação de inúmeros desafios, desde a transposição didática ao desenvolvimento do pensamento crítico. No contexto atual, a Filosofia se faz urgente, pois proporciona à comunidade escolar o entendimento sobre as origens da política, da cidadania e dos direitos humanos. Ademais, possibilita a passagem do senso comum para um conhecimento crítico e aprofundado.

Embora haja uma visão de mundo formada, conhecimento e capacidade para discernir o certo do errado, a sociedade contemporânea tem sofrido muito com o problema das *Fake News*, uma vez que estão presentes de forma deliberada e proposital em nosso cotidiano. O termo *Fake News* tem como tradução “notícias falsas”, e vem sendo falado de maneira frequente nos últimos anos, nos noticiários e na grande mídia. Tal neologismo tornou-se popular em 2016 devido ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e por causa das eleições presidenciais norte-americanas (novembro do citado ano). É um meio de propagar notícias falsas de forma massiva com o objetivo de distorcer os fatos e manipular a opinião pública para obter vantagens políticas e econômicas.

Arendt, que escreveu sobre a questão da mentira na política ao final dos anos 1960, não conheceu as mídias sociais e nem refletiu sobre o processo de produção de mentiras que nelas se desenvolve. No entanto, sua obra lança perguntas e hipóteses de pesquisa relevantes ao estudo do uso da mentira como arma política nas mídias sociais digitais, tão difundidas atualmente em nossa sociedade. Ao analisarmos seu pensamento acerca da verdade na política, investigaremos alguns conceitos fundamentais concernentes à dominação e à utilização de mentiras na política.

Atualmente, a produção de mentiras, do falseamento dos fatos e até sua manipulação sistemática têm sido favorecidas por implementos tecnológicos, programas, algoritmos que geram distorções da realidade e estimulam a manipulação de opiniões. Os aparelhos de comunicação, como televisão, celulares, computadores, *tablets*, entre outros, foram os instrumentos encarregados de noticiar as atualidades do mundo afora.

Todavia, o que deveria ser um canal de informação confiável, passou a se tornar um emissor de desinformação, o que despertou no público em geral critérios

de análises na propagação de informações nos grupos de plataformas digitais.

Percebemos a necessidade de se entender a relação entre política e produção de mentiras com o intuito de dominar. Entendemos também a necessidade de preservação de um espaço público, visando garantir a publicização das verdades factuais e permanentes.

Com este trabalho, discutimos a dinâmica contemporânea da produção de *Fake News* nas mídias sociais e suas consequências para o espaço público e para a política. A abordagem aqui proposta parte das reflexões contidas na obra da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) sobre as consequências da produção sistemática de mentiras para a vida política das sociedades contemporâneas.

Esta dissertação tem o objetivo geral de compreender a relação entre verdade e política à luz do pensamento de Hannah Arendt, avaliando os perigos da produção sistemática de mentiras ligadas à política, assim como as consequências de tais mentiras. Especificamente, almejamos entender o pensamento de Hannah Arendt; compreender os conceitos sobre a verdade na política propostos por Hannah Arendt; apresentar as consequências sociais da propagação de *Fake News*; investigar os meios mais comuns da propagação de *Fake News* entre os alunos e alunas; indicar a filosofia como ferramenta capaz de combater as *Fake News* e incentivar os estudantes a investigarem as fontes de informações e combater as notícias falsas.

O percurso metodológico segue a análise qualitativa baseada nos dados obtidos por meio de questionário aplicado numa turma de segundo ano de Ensino Médio de uma escola estadual de educação profissional no estado do Ceará, aliado a intervenções realizadas na escola, refletindo acerca dos conceitos de *Fake News* e sua relação com a política. Estruturalmente, os capítulos seguem uma lógica, por meio da qual fazemos os apontamentos condizentes às definições e aos conceitos fundamentais que norteiam o texto.

O trabalho divide-se em três partes. No primeiro momento, descreveremos o que foi o Totalitarismo, governo do horror e da mentira. Trabalharemos os conceitos de sociedade de massa e apoliticidade, expondo a importância das propagandas e organizações totalitárias, responsáveis por criarem e difundirem as mentiras. Na segunda parte, investigaremos a relação entre a política e a verdade em Arendt; verdade factual é política; a mentira [*Fake News*], um mal na política. Por fim, na terceira parte falaremos sobre a ação e o espaço público como

“locais” da verdade; ação e revelação do agente como forma de resistência às *Fake News* e ação e suas faces: imprevisibilidade – irreversibilidade – perdão – promessa.

Portanto, a relevância deste trabalho é despertar nos alunos a conscientização sobre o uso da internet e das redes sociais, transformando-as em instrumento de edificação e em veículos de notícias verídicas, úteis e positivas, o que refletirá na sociedade.

A dissertação em questão aborda objetos de conhecimentos basilares no ensino de filosofia, considerando as diretrizes apresentadas pelos principais documentos norteadores do ensino e da aprendizagem na área, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEMs).

Ao contemplar competências, habilidades e materiais de estudos diversos, esta pesquisa trabalha a interdisciplinaridade, bem como aborda conteúdos que nos levam a refletir sobre os rumos da sociedade e, ainda, a repensar os conceitos de liberdade, absurdo, engajamento e resistência, trazendo também reflexões sobre moral, ética e tecnociência.

2 TOTALITARISMO: O GOVERNO DO TERROR E DA MENTIRA

Este capítulo versará sobre o Totalitarismo e suas feições: sociedade de massa e apoliticidade; propaganda e organização totalitária: a mentira sistemática; ideologia como risco à verdade factual e o terror como forma de governo.

2.1 Totalitarismo e suas feições: sociedade de massa e apoliticidade

Aqui, temos como empreendimento analisar os elementos constitutivos da noção de Totalitarismo em Arendt. O objetivo é expor a ideia, as características, o conteúdo dos elementos que, conforme Arendt (1989), tipificam o domínio total: massificação, propaganda, organização e movimento, solidão¹ e campo de concentração. Esses aspectos são apresentados por Hannah Arendt na obra “Origens do Totalitarismo”, publicada em 1951, e, a partir da análise de tais conceitos, trazer uma reflexão acerca da utilização da mentira na política, além de propor por meio do ensino da filosofia, uma intervenção política, um enfrentamento às mentiras (*Fake News*).

Qual é o limite da liberdade de expressão nas redes sociais e na grande mídia? Como podem ser identificadas as *Fake News* e diferenciá-las de uma manifestação de opinião? Como a comunidade escolar lida com esse atual cenário marcado predominantemente pela propagação de notícias sem fontes? Quais critérios de confiabilidade devem ser seguidos para confiar em uma notícia?

Assim, objetivando responder a essas questões e obviamente movido pelas inquietações e implicações geradas a partir da análise da problemática, enxergamos a educação como ferramenta capaz de despertar nos estudantes a responsabilidade para com o mundo em que vivemos. A pesquisa aborda objetos de conhecimentos basilares para o ensino de filosofia, considerando as diretrizes apresentadas pelos principais documentos norteadores do ensino e da aprendizagem na área, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEMs).

¹ Conforme Arendt (1989, p. 334), “a ausência do status político no indivíduo, o não pertencimento a uma comunidade, implica na privação de um espaço público e tem como consequência o confinamento em uma vida privada, inexpressiva. No caso extremo dos Regimes Totalitários, culmina no completo desamparo e abandono, se sentindo solitário, embora esteja rodeado de pessoas.”

Procuramos refletir acerca das seguintes questões: como o pensamento de Arendt pode nos ajudar a compreender os desafios políticos do nosso tempo? Especificamente no que diz respeito às *Fake News* e à presença de mentira na política. E, ainda, como, em sala de aula, a partir do ensino de filosofia, essas questões podem despertar os alunos para os riscos que a política enfrenta em nosso tempo?

Por meio do ensino de filosofia como aporte político e a base nas análises de Hannah Arendt, pretende-se despertar os alunos para uma conscientização quanto ao uso consciente da internet e das redes sociais, transformando-as em instrumento de edificação e em veículo de notícias verídicas, úteis e positivas, o que refletirá.

A história dos direitos humanos tem como cerne a terrível experiência humana da catástrofe. As duas grandes guerras, o terror dos regimes totalitários e seus discursos genocidas, por vezes, amparados na pretensão de verdade científica, culminaram na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. O medo generalizado de uma possível terceira guerra mundial levou as nações vencedoras a criarem em 26 de junho de 1945, nos EUA, a Organização das Nações Unidas (ONU).

Dessa forma, no seu artigo primeiro, o texto ressalta que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Unicef, 1948). Depreende-se, que a declaração aborda um retorno à ênfase nos valores/direitos burgueses, tais como: direitos de liberdade ou direitos civis e políticos.

Ressaltamos que, para melhor compreensão do assunto que envolve a mentira e a política, esses aspectos se desenvolvem na sequência do último item da segunda parte do livro citado acima, no qual Arendt fala a respeito do Imperialismo² e expõe a crise dos direitos humanos, conforme afirma Lafer (1991, p. 22):

² A compreensão de império para Arendt, é que este estava baseado em uma lei e consistia na tentativa de impor esta lei a outros povos, integrando-os ao seu domínio. No entanto, o imperialismo não se guia pela lei nem busca estender sua autoridade, tendo como objetivo a expansão de relações econômicas em um processo ilimitado de aquisição de riquezas. “o que os imperialistas realmente queriam era a expansão do poder político sem a fundação de um corpo político” (Arendt, 1994, p. 135).

A reflexão arendtiana em *The Origins of Totalitarianism* mostra a inadequação da tradição, pois os direitos humanos pressupõem a cidadania não apenas como um meio (o que já seria paradoxal, pois seria o artifício contingente da cidadania a condição necessária para assegurar um princípio universal), mas como um princípio substantivo, vale dizer: o ser humano, privado de seu estatuto político, na medida em que é apenas um ser humano, perde as suas qualidades substanciais, ou seja, a possibilidade de ser tratado pelos outros como um semelhante, num mundo compartilhado.

Hannah Arendt disserta sobre a insuficiência de tais direitos, pois a vida, defendida na declaração dos direitos humanos, em seu artigo 3º, informa que: “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Unicef, 1948). Essa é conjugada com a ideia de nação, sendo abstrata, natural e biológica. A defesa abstrata da vida foi incapaz de barrar o mal radical³, a descartabilidade dos homens como seres capazes de pensar e agir.

O referido processo inicia-se com a desnacionalização, gerando um contingente enorme de refugiados e se transformando no *leitmotiv* do domínio total e do extermínio. O indivíduo é levado a se submeter à ideologia, seguindo uma lógica persuasiva que controla até sua forma de pensar e, conseqüentemente, ficando sua liberdade comprometida. Segundo afirma Arendt (2000a, p. 525-526):

Através dessa submissão, ele renuncia à sua liberdade interior, tal como renuncia à liberdade de movimento quando se curva a uma tirania externa. A liberdade, como capacidade interior do homem, equivale à capacidade de começar, do mesmo modo que a liberdade como realidade política equivale a um espaço que permita o movimento entre os homens. Contra o começo, nenhuma lógica, nenhuma dedução convincente pode ter qualquer poder, porque o processo da dedução pressupõe o começo sob a forma de premissa. Tal como o terror é necessário para que o nascimento de cada novo ser humano não dê origem a um novo começo que imponha ao mundo a sua voz, também a força autocoerciva da lógica é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar.

Além de buscar compreender pressupostos que levaram ao fenômeno totalitário, ou seja, pesquisar o que o motivou, como foi capaz de se sustentar e o que deu base para o totalitarismo. O ponto de partida da investigação é reconhecer uma nova forma de pensar e interpretar o mundo, bem como a de ser um novo modo de enxergar e compreender a política. Sua diligência elenca os motivos que levaram a acontecer o evento em questão. Arendt busca refletir sobre os elementos

³ Na obra “As origens do totalitarismo”, Hannah Arendt faz uma referência ao mal radical como o mal absoluto inerente à possibilidade de erradicação da pluralidade humana, que teria surgido em conexão com “um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos” (Arendt, 2012, p. 510).

que cristalizaram no totalitarismo. É interessante perceber, também, que essa passagem do conceito de povo para o conceito de multidão se deu inicialmente no contexto das revoluções. Arendt, inclusive, destaca a referida mudança no contexto da Revolução Francesa, na obra “Sobre a Revolução”.

Essa busca de compreensão é vista por Arendt como uma tentativa de reconciliação da realidade política com o mundo. Ela insiste que é fundamental que na política saibamos reconciliar o tempo em que vivemos com os eventos do passado, visto que: “o que se reconcilia carrega voluntariamente o peso que o outro leva de qualquer modo. Isso significa que restabelece a igualdade. Assim, a reconciliação é exatamente o contrário do perdão, que estabelece a desigualdade” (Arendt, 2002, p. 4).

A autora nos aponta que, para manter o mundo como ele é, habitável, possível de conviver, com sentido e significado, torna-se necessário “fazer as pazes” com o passado. Para tanto, é fundamental entender o que foi esse fenômeno, como se originou o totalitarismo.

Aguiar (2008, p. 73) destaca: “partimos da compreensão de que totalitarismo em Arendt não é uma categoria científica ou ética, mas narracional”. A compreensão é o movimento que vai do passado ao presente, porém mirando o futuro, sendo crucial continuar acreditando na humanidade, que o homem pode trilhar um novo e melhor caminho político.

O Totalitarismo é uma ruptura total com a tradição do mundo ocidental. Tradição esta não apenas filosófica, mas também política. No mesmo sentido, para ela, o homem é dotado de capacidade para criar novos começos o tempo todo. O conceito de totalitarismo é tanto histórico quanto político. Concebido em torno de 1920, se fundamentou como doutrina política por volta de 1930. Durante o referido período, entraram em ascensão o fascismo italiano e o nazismo alemão.⁴

⁴ O fascismo e o nazismo emergiram na Europa durante o final da Grande Guerra, como reposta contrária aos valores liberais consagrados pelas revoluções burguesas. O fascismo alcançou o poder na Itália em 1922, e na Alemanha em 1933. Foram conceituados como movimentos de contrarrevolução ou regimes contrarrevolucionários, ou seja, “os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução” (Hobsbawm, 1995, p. 121). Neste sentido, a retórica antiburguesa e anticapitalista do fascismo e do nazismo se comprometia com a crítica à democracia liberal, e muito pouco ao capitalismo e a sua lógica individualista ou universalista pregada pelo Capital. As semelhanças entre os dois movimentos se cruzaram na elaboração de uma utopia referente a uma nova nação e a um novo homem, apesar do regime nazista se voltar mais para a mitologia alemã, em uma genealogia de passado e futuro evocando a reconstrução do passado glorioso. Os fascistas italianos se aliaram à grandiosidade do Império Romano, força simbólica menos preocupada em recriar passados ou mitos, mas sim valorizar o progresso e o futuro coletivo da nação. Assim, se depreende a valorização dos

Adolf Hitler, ao assumir o poder e criar na Alemanha um Estado totalitário de características nazifascistas, tal fato significou que estava ocorrendo um rompimento com a tradição política ocidental. O Estado de poder concentrado tanto no fascismo quanto no Estado totalitário nazista baseou-se na noção de que não seria mais preciso existir a divisão de poderes. O poder, então, estava concentrado nas mãos de um só. O referido tipo de governo extinguiu a noção de classe social e de poder tripartido; pretendia trabalhar com uma outra categoria política, no caso, a política de massa que considerava o indivíduo supérfluo e apenas um número com representatividade do povo.

Sobre isso, Silva (2006, p. 2) aponta que:

O totalitarismo surge, assim, como sistema negador da política. Apoiado nas massas, nelas encontra terreno fértil para cultivar sua ideologia. No processo de “atomização da sociedade”, fruto da falta de interesse comum das massas e desenraizamento político, o sistema totalitário estrutura seu edifício de terror e domínio total. Nessa perspectiva, encontramos as massas como constituindo a estrutura básica do totalitarismo, isto é, os governos totalitários edificam-se sobre alicerces que são as massas que eles organizaram como base de atuação de suas intenções.

Dessa forma, temos também a substituição de povo pela noção de multidão⁵, funcionando como pano de fundo para a atuação política de Hitler. Além do unipartidarismo, o sistema totalitário na Alemanha foi caracterizado por uma categoria utilitária, justificando suas ações como utilidade do bem comum. É importante destacar que se trata de um mecanismo da mentira na política, pois os campos de concentração não tinham nenhum propósito utilitário.

valores modernos, industriais e de mercado no processo do fascismo italiano. Até mesmo a arte de vanguarda, que os nazistas chamavam de arte degenerada, para os italianos havia simpatia. O que pretendemos aqui não é construir uma genealogia histórica dos dois movimentos, todavia, sim ressaltar que as duas ações são conceituadas como contrarrevolucionárias, nos apoiando em Eric Hobsbawm, uma vez que a democracia liberal passa a ser confrontada e, além disso, a utopia socialista também combatida. Nazismo e fascismo construíram suas próprias narrativas utópicas de um novo homem e uma nova nação, malgrado as diferenças de caráter ideológico e histórico.

⁵ Hannah Arendt apresenta a experiência dos conselhos revolucionários, por exemplo, Comuna de Paris na perspectiva de ação política. Dito isto, “os conselhos nasceram exclusivamente das ações e demandas espontâneas do povo” (Arendt, 2007, p. 101). O conceito de povo nos remete ao ato de participação política efetiva. Assim, a luta pela liberdade no contexto do absolutismo monárquico, *a priori*, uma reivindicação de liberdade, no decorrer dos acontecimentos das mudanças políticas modernas, se constitui em uma luta por necessidades materiais. Conforme Hannah Arendt, o movimento de mudança da ideia de povo para multidão implica na cristalização do processo de negação da política. Multidão significa o tornar-se um, negando as contradições, conflitos e subjetividades diversas.

A categoria em questão também rompeu com uma tradição política que conhecemos como princípio da legalidade, pois tal princípio defende que o Estado atue dentro da legalidade, seguindo as constituições federais que sempre foram responsáveis por normatizar o comportamento dos governantes políticos dentro do Estado. Ademais a conduta moral, é fundamental para que se tenha um princípio de ação dentro de uma sociedade. Além do que, existe ainda a lógica do senso comum que nos permite entender, ou pelo menos ter uma noção dos acontecimentos políticos, o que Hannah Arendt chama de categoria do bom senso (*common sense*), todavia alerta para o perigo que a referida categoria representa para aqueles que buscam compreender o sentido do Totalitarismo. Com as modificações legais, morais, lógica do bom senso, acabam de certa forma levando a uma nova categoria, a de que é preciso aceitar o que diz o governante, sem que este seja questionado.

Como resultado, acabamos perdendo a capacidade de julgamento ético e moral. Eliminar passa a ser a lei do Estado, podendo perseguir, prender, fazer execuções sumárias e até mesmo criar campos de concentração e de extermínio em massa.

Aguiar (2008, p. 83) informa a seguinte situação sobre os campos de concentração:

O campo é a certeza de que o objetivo final pode ser alcançado: a sistematização da infinita pluralidade de experiências e diferenciações dos seres humanos, a fabricação da espécie humana com a mesma identidade. Almeja-se a eliminação, em condições cientificamente controladas, da espontaneidade na conduta humana. O campo significa que os governos totalitários se alimentam do extermínio dos humanos indesejados, doentes, racialmente inferiores, naturalmente deformados e socialmente desempregados. Sempre vai existir um setor da população a ser sacrificada em nome do controle total, pois o processo de expansão da dominação não tem limite. O campo não é sinal de punição, banimento ou escravidão. Essas experiências se realizavam no contraponto do mundo comum, ou seja, de alguma forma, mantinham-se dentro do raio da visibilidade, da proteção dos seus semelhantes. No campo, as massas humanas são tratadas como se já não existissem, meros cadáveres-vivos.

No aludido cenário, o indivíduo tinha a ação comprometida em seu conjunto, pois para que ela acontecesse, seria necessário haver um espaço público por meio do qual fosse possível a livre manifestação. Com a utilização de propagandas, o governo nazista estabeleceu uma nova dinâmica para o discurso em espaço público, sendo esse discurso unificado e centrado na figura do governante totalitário. No contexto em questão, o povo foi transformado em massa de manobra.

Hannah Arendt denuncia que essa nova forma de governo desfez todas as tradições ocidentais da política. Em sua obra “Política”, Aristóteles faz a distinção entre regimes políticos e formas de governo, esclarecendo que regimes políticos se referem ao critério que separa quem governa e o número de governantes, existindo, pois, três regimes políticos: a monarquia (poder de um só); a oligarquia (poder de alguns poucos) e a democracia (poder de todos).

As formas de governo se relacionam com o objetivo e finalidades esperados por aquele. Segundo o filósofo, os governos devem governar em vista do que é justo, o bem comum. São classificadas seis formas de governo: monarquia, aristocracia e democracia. Os demais modos são: tirania, oligarquia e demagogia. Estas são formas corrompidas das anteriores e não governam, tendo em vista a ausência de prática da justiça e do bem comum.

As três formas tradicionais de governo no mundo ocidental também foram categorizadas pelo iluminista Charles Montesquieu, sendo elas: monarquia, república e despotismo ou ditadura. Para Charles Montesquieu, o poder deve ser exercido de modo que não se limite à tirania praticada por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos. Neste caso, o autor retorna ao pensamento grego sobre o governo misto. Portanto, o espírito das leis faz um arranjo entre as propostas de modelos que envolvam: monarquia, aristocracia e democracia. Tudo na tentativa de se construir um equilíbrio que possa valorizar o ideal de bem comum.

A monarquia possui a honra como princípio orientador de ação do seu povo; a república tem a virtude como princípio orientador, o agir bem, visando ao bem comum; já o despotismo ou ditadura apresenta o medo como princípio orientador da ação. Dessas categorias, a que mais repudiamos é a terceira, despotismo ou ditadura, sendo o regime totalitário ainda pior, pois se utiliza não apenas do medo, mas do terror, e não persegue somente seus inimigos, porém ao distinguir regime totalitário de ditadura, afirma:

A distinção decisiva entre o domínio totalitário, baseado no terror, e as tiranias e ditaduras, impostas pela violência, é que o primeiro volta-se não apenas contra os seus inimigos mas também contra os amigos e correligionários, pois teme todo o poder, até mesmo o poder dos amigos. O clímax do terror é alcançado quando o Estado policial começa a devorar os seus próprios filhos, quando o carrasco de ontem torna-se a vítima de hoje. É este o momento quando o poder desaparece inteiramente (Arendt, 1985, p. 30).

Nessa categoria, o povo se submete ao governante, tornando-se súdito. Tal ruptura com a tradição traz consigo novidades no campo político, então, ninguém sabe mais como agir diante da nova configuração de governo. O senso comum é afetado diretamente, pois dá lugar à ideologia.

Silva (2020, p. 82) frisa acerca da ideologia expondo o pensamento de Hannah Arendt sobre o termo:

Para Arendt, a ideologia substitui o princípio de ação. Assim, estimula apenas comportamentos que, de modo heterônomo, respondem à ideologia. Esta, nessa perspectiva, se expressa a partir de três características, a saber: i) A ideologia tem pretensão de explicação total da história. ii) O pensamento ideológico se desvincula da experiência, isto é, a ideologia emancipa-se da realidade e cria uma outra realidade, a partir da sua lógica interna, que se apresenta como a mais legítima, como a única verdade. iii) A ideologia assume uma demonstração interna a sua própria lógica. Desse modo, a ideologia nega a experiência e fia-se num processo de demonstração absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente e tudo o mais passa a ser deduzido dela. Assim, negando as experiências, pouco importa que a realidade não confirme a lógica da ideia, importando a capacidade interna dessa lógica de deduzir a “realidade” por ela estabelecida como a mais precisa e ajustada a tal lógica, primariamente posta.

Nessa lógica de governo, os seres humanos não passam de seres supérfluos. O povo, agora massificado, torna-se apenas um pano de fundo, e o governante é o que guiará a sociedade para o melhor caminho, nem que para isso tenha que colocar em jogo a vida dos cidadãos.

Para falarmos do espírito totalitarista, que esteve presente fortemente na primeira metade do século XX (e hoje mostra uma presença velada), faz-se necessário entendermos as condições histórico-sociais que fomentaram o cenário antecessor aos pensamentos, movimentos e, por fim, governos totalitários. A compreensão sobre algo que em essência apresenta características apolíticas tornou-se forte viés político, não só aceitável, mas também defendido tanto por camadas mais baixas quanto por classes munidas de instrução.

O espírito totalitário exerceu fascínio na mentalidade de indivíduos de todos os segmentos da sociedade dos estados-nação da Europa novecentista. Nas palavras de Hannah Arendt, esteve presente tanto na mentalidade da ralé quanto na mentalidade da elite, e até proporcionou uma certa união entre estas duas (Arendt, 1989). Em seus aspectos favoráveis, cada uma das classes sentiu-se seduzida pela ideologia que possuía aspectos redentores e proporcionava certo sentido à vida

daqueles indivíduos que já o haviam perdido. Muito embora, doravante, tal sentido fosse, na verdade, um “poço vazio”.

Entretanto, para que entendamos o exato sentido arendtiano, é necessário discernir o que Hannah Arendt busca descrever como Totalitarismo. A intenção da pensadora não é um relato histórico descritivo, mas se trata de uma questão filosófica, o que poderia conferir um certo aspecto de ciência política. A autora busca investigar com profundidade e descrever de forma narrativa os aspectos não só históricos, mas também éticos, psicológicos e até existenciais que envolveram a mentalidade humana nos “porões escuros” dessa nefasta ideologia.

O caráter filosófico da obra de Hannah Arendt sobre as ideologias totalitárias apresenta-se exatamente na busca e na narração acentuadas que ela escreve em suas publicações. Não só descrevendo o quê, mas principalmente os porquês, Hannah Arendt disseca filosoficamente a questão, deixando evidente o aspecto político como questão fundamental da sua obra.

No que tange à profundidade do assunto, podemos perceber que:

São narrativas que tentam alcançar o paradoxo e o paroxismo da situação contemporânea: o alto desenvolvimento da capacidade humana de dominar e controlar a realidade e o perigo da aplicação desta potência ao universo humano, tais como crise de autoridade, o fim da política, a redução da palavra a signo, a devastação da natureza, a solidão, o medo, entre outras tendências do nosso tempo (Aguiar, 2008, p. 75).

Portanto, Hannah Arendt nos apresenta não só uma obra de peso filosófico, mas também um repertório que nos provoca epistemologicamente para olharmos o passado, ao mesmo tempo ela nos deixa alertas no presente quanto às condições e às vicissitudes humanas.

O primeiro aspecto da feição totalitária é a formatação de um sujeito apto mentalmente ao cenário totalitário. Tornar os indivíduos receptivos à ideia de um poder dominador. Então, para entendermos como foi possível que movimentos totalitários evoluíssem para governos totalitários, é necessário que também compreendamos a proposta antropológica desses movimentos e como as ideologias formataram a mentalidade humana a fim de produzir uma espécie de novo indivíduo.

Para tanto, os movimentos totalitários contaram com alguns aspectos negativos da sociedade, entre eles, o ressentimento gerado a partir das crises econômicas e a necessidade de encontrar os culpados para resolver o problema.

Valendo-se das vicissitudes inerentes à existência humana, as ideologias totalitárias puderam enxertar no ideário social, a necessidade de um novo panorama social, fundado sob a perspectiva de purificação e redenção mundana.

Hannah Arendt apresenta à sociedade do estado-nação duas camadas bem definidas, a saber, burguesia e ralé. Tal sociedade estava distribuída politicamente no sistema de representatividade de classe e cada segmento da sociedade organizada possuía seus próprios representantes no exercício da vida pública. Contudo, o sistema de estratificação social e, principalmente, o sistema de representatividade política repousavam nos alicerces de uma condição humana cheia de vicissitudes que, doravante, exploradas pelas ideologias dos movimentos totalitários, fertilizando as sementes para a massificação da população.

O movimento de massificação das classes é o alicerce do processo de instalação de um governo totalitário, no qual ocorreu a perda do sentido político dos indivíduos, tornando-os apenas seres com aspectos biológicos (neste sentido, Hannah Arendt apresenta o indivíduo biológico contendo um certo “ar” de negatividade porque tal entendimento sobre ser biológico, nas palavras da filósofa, carrega apenas os quesitos físicos da constituição humana), ignorando o que de fato diferencia o homem, que é o aspecto político calcado por uma racionalidade em evolução, exercendo seus papéis para a melhoria da vida organizada no convívio em grupo.

Alienar os indivíduos no que diz respeito ao exercício político é o primeiro passo de um movimento com aspirações totalitárias, e isto aconteceu na sociedade europeia por meio de dois movimentos: a alienação concernente à representatividade e vida pública, por parte da ralé; e o esvaziamento de sentido e banalidade existencial, por parte da burguesia. Segundo Hannah Arendt, esse problema de estranhamento social foi instigado pelo próprio sistema nacionalista dos estados-nação europeus quando ignoraram as suas próprias falhas que jogavam seus indivíduos em uma espécie de *looming* existencial, cedendo, assim, à ideologia dos movimentos totalitários o papel de sistema redentor da humanidade, que resgataria a dignidade humana.

Arendt (1989) aponta como sucesso dos movimentos totalitários expondo duas principais ilusões dos sistemas democráticos e partidários dos estados-nação, e como essas mesmas ilusões forneceram solo fértil à proliferação da mentalidade de massa. Assim, a autora em questão afirma que:

A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com as normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação (Arendt, 1989, p. 346).

O povo não se torna súdito no totalitarismo, mas é formado por seres supérfluos, sem capacidade de fazer qualquer análise crítica e reflexiva a respeito das suas ações, reduzindo-se a elementos substituíveis e descartáveis.

No que se refere à *ralé*, o termo possui uma relação com o ódio. Fundada no seio da sociedade imperialista, a *ralé* como produto do circuito social burguês, tem como pretensão o poder e o abandono da democracia. No Brasil, é comum entendermos a palavra *ralé* como se referindo às classes baixas, menos desfavorecidas, não se relacionando com a ideia de grupo social violento. No pensamento de Hannah Arendt, a existência da *ralé* ou *mob*, termo usado por ela para se referir à *ralé* ou à multidão, foi constituído por intermédio de manifestações no ventre do antissemitismo e na composição do movimento totalitário.

Acerca da *ralé*, Oliveira (2020, p. 44) destaca:

Os termos “*ralé*” possuem significados que incluem o sentimento de ódio. Engendrada no interior do imperialismo e admitida como subproduto da burguesia, a “*ralé*” possuía a pretensão de poder que aspirava o abandono da democracia. Na perspectiva arendtiana, a aliança do capital com a “*ralé*” é vista como algo que traz à tona o problema do racismo. É importante tratar da dimensão racista dos movimentos impulsionados pela *ralé*. Daí a relevância que o antissemitismo teve diante da oposição da “*ralé*” e o papel por ela desempenhado na ascensão do movimento totalitário.

O sistema político de representatividade pecou por ter como irrelevante a existência (em número muito maior de indivíduos) dos sujeitos que compunham o que Hannah Arendt nomeou de *ralé*. Segundo ela, um dos fatores que possibilitaram a proliferação e disseminação da ideologia de movimentos totalitários, a indiferença e até desprezo da classe politizada pelo sujeito da *ralé* tornou este, presa fácil das promessas “salvíficas” totalitárias, sendo assim o primeiro passo para a exportação de tal mentalidade do âmbito puramente ideológico para o âmbito social.

O sentimento de abandono e de invisibilidade vivido pelo indivíduo da ralé, principalmente no período entreguerras, o tornou um candidato à adoção pela mentalidade totalitária. Desta feita, o preço pago pelo sistema de representatividade no início do seu próprio colapso foi ignorar a relevância que a ralé tinha, importância potencializada tanto pela forma de sua mentalidade quanto pelo número existente de indivíduos, mediante o incentivo “apropriado”.

Nesse contexto de desprezo, a ideologia totalitária surgiu, aos olhos da ralé, como aquilo que demoliria as estruturas sociais produtoras de distanciamento e indiferença, provocando o reconhecimento político-social desejado. Poder-se-ia perguntar o porquê da facilidade e do sucesso com que a ideologia dos movimentos totalitários envolve as mentalidades dos indivíduos da ralé. Sobre isso, Hannah Arendt aponta para as características peculiares do sujeito de liderança de tais movimentos.

Nos dois exemplos do totalitarismo, tanto no fascismo quanto no nazismo aparece uma figura similar que exerce influência sobre o ideário e os sentimentos dos indivíduos, tornando possível a capilaridade social de apoio. Para Hannah Arendt, as ideologias carregam um perigo totalitário. Uma dessas ideologias é o stalinismo, uma definição ou designação dada ao processo político e econômico implementado na União Soviética (1927/1953) por Josef Stalin. No referido período, o movimento de desenvolvimento econômico do país foi marcado por uma forte repressão, violência e exploração dos povos que compunham a União Soviética. Um aspecto do seu totalitarismo está no constructo da ideia de inimigo objetivo, que para o stalinismo se aplicava aos valores do mundo ocidental, o pensamento crítico e a oposição política.

Hannah Arendt destaca a figura do líder de movimento e como este apresenta características que o aproximam dos indivíduos da ralé, por exemplo, a de *outsider*⁶, de sujeito também excluído do centro de influência dos sistemas de representatividade (fracassos e desastres profissionais e pessoais), provocando, assim, o sentimento de familiaridade entre o líder de movimento e o indivíduo da ralé. A similaridade entre líder e povo somada com a face “redentora” apresentada pelas ideologias possibilita a fixação destas no ideário popular.

⁶ “*Outsider*” é um termo retirado da língua inglesa, que, segundo o dicionário Oxford, significa “uma pessoa não pertencente a um certo grupo” (Egídio, 2022).

Entretanto, no que concerne à aproximação entre líder de movimento totalitário e indivíduo da ralé, é fácil percebermos como se dá essa amálgama, porém se torna estranho a classe que Hannah Arendt chama de elite ter envolvimento com paixão semelhante a tal relação. O fato que podemos observar, a partir das percepções da autora, é que as circunstâncias da vida do sujeito médio (possuidor de representatividade política), do período pós-primeira guerra, possuíam suas próprias peculiaridades e vicissitudes, que também o tornavam candidato a admirador de uma mentalidade de movimento totalitário. Das peculiaridades que mais se sobressaem, podemos citar o caráter supérfluo construído pelo modo de vida baseado no consumo, fomentado pela própria lógica de vida burguesa.

Para entendermos melhor esse ponto, é sempre válido lembrar que o totalitarismo significa a aniquilação total não só do espaço público, mas também da mentalidade que visa ao bem comum. Portanto, o modo de vida consumista criado no seio do domínio burguês pôs em evidência (e até busca desenfreada) a reversão da busca do bem comum para a busca do bem-estar particular (lembrando sempre que o bem-estar pouco ou nada tem a ver com um verdadeiro estado de satisfação, mas sim com realização a partir da capacidade de consumir). Sufocando e descaracterizando o ser humano como um indivíduo de relações sociais, a lógica competitiva de consumo criada nas condições de vida burguesa destruiu tais relações que eram razão de ser da vida e do espaço público, cedendo o tão caro espaço à ação da mentalidade totalitária.

A postura burguesa, individualista, e seus valores pautados no lucro conduziram os indivíduos a uma indiferença com a coisa pública, “cada um faça o seu” tornou-se o grande lema da burguesia. A burguesia como classe dominante mantinha interesses comuns, mas eram interesses que não se filiavam às ordens do público, mas às ordens do privado, de tal modo que o *modus vivendi* da burguesia possibilitou o desgaste da consciência política que privilegia o comum em detrimento do privado (Silva, 2006, p. 7).

Assim, o interesse comum foi transmutado em interesses de classe, sendo o ponto crucial para entendermos o avanço da mentalidade totalitária, a qual buscava anular o outro, obstruindo a construção de diálogo. Então, para Arendt (2007), a melhor forma de introduzir o homem em um mundo público e visível, seria por meio da construção do espaço público, nele devendo haver ação e liberdade públicas por meio da fala, do discurso, do poder de decisão sobre a vida pública e da partilha do poder, requerendo mais participação da sociedade.

Todavia, a adesão dos indivíduos no entorno da mentalidade totalitária é o famigerado processo de massificação das classes, que podemos entender como dissolução dos sistemas democráticos representativos, a alienação dos indivíduos componentes de tais sistemas, a aproximação dos sujeitos à pseudorealidade da ideologia e a aceitação desta como via de redenção para a humanidade. Cada indivíduo de classe, em seus respectivos contextos, via-se como ator de um evento universal (cujo aspecto está apresentado por Hannah Arendt) que rumava em sentido à purificação do ser humano na história.

A pretensão de redenção da ideologia totalitária produzia o sentimento de universalidade e uma emergência em tornar pura a sociedade, ou por meio de uma raça ou por intermédio de um corpo burocrático. Desta feita, o indivíduo passava de sujeito da comunidade para sujeito universal. O aspecto geograficamente mais amplo seduzia as pessoas a quererem participar da pseudouniversalidade, as quais tinham a falsa ilusão de fazerem parte. Contudo, parecia haver essa possibilidade, mas na realidade não passava de ilusão e fantasia.

O resultado de todo o processo diz respeito ao que Hannah Arendt chama de apoliticidade: indivíduos vistos apenas a partir do aspecto biológico⁷, como *animals laborans*⁸, ou seja, o sujeito alienado totalmente da sua função política e circunscrito no simplório contexto de capacidades físicas. Ela descreve como eram os campos de concentração (assim como doravante se pôde perceber com os *gulags*), a personificação exata do totalitarismo.

As faces do fenômeno do totalitarismo apresentadas por Hannah Arendt evidenciam mais ainda o caráter filosófico da sua obra. Ela capta tanto as circunstâncias políticas quanto as existenciais, mostrando também o critério e a didática impostas pela filósofa em sua obra. Apresenta o cenário histórico⁹, exibindo,

⁷ Não é que Hannah Arendt veja a vida biológica de forma negativa, mas a política não deve voltar-se para os corpos-espécies dos sujeitos. A questão não é com a negação do biológico, mas sim a afirmação do lugar do político. Conforme Michel Foucault, a biopolítica se manifesta como uma forma de poder por meio do qual os mecanismos da vida biológica dos seres humanos são incluídos na gestão política de um Estado, passando a ser gerenciados e administrados. O poder opera de um modo que produz verdades, discursos e, por meio deles, os próprios sujeitos.

⁸ Conforme Correia (2014), existem pelo menos três sentidos principais do emprego da expressão animal *laborans* na obra de Hannah Arendt, sendo eles: a dimensão fundamental da existência condicionada pela vida; como produto da sociedade atomizada; e como mentalidade e “modo de vida” extraídos das condições do mero viver. Pensamos que tal empresa é um passo fundamental à compreensão da relação entre economia e política na era moderna.

⁹ O totalitarismo foi um acontecimento histórico, que emerge no contexto do pós-guerra, ou seja, Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Estruturalmente, os regimes totalitários imporão a configuração

ainda, o aspecto existencial, construindo uma estrutura variacional, a qual apresenta todos os aspectos de uma grande obra filosófica.

2.2 Propaganda e organização totalitária: a mentira sistemática

A propaganda é uma das mais importantes armas que o governo tem à sua disposição, pois por meio dela os dirigentes de uma nação conseguem obter apoio para implementação de medidas que visam à execução de políticas que consideram importantes para sua visão de governo. Em seu livro *Mein Kampf* (“Minha Luta”) de 1925, Adolf Hitler deu detalhes de como deveria ser a máquina de propaganda de um governo sob sua liderança, inclusive detalhes que foram empregados em alguns países do leste europeu. Ele relatava que a propaganda deve ter como objetivo atingir as massas, de tal maneira que não traga em si uma mensagem muito complexa. De forma que até o mais simples e iletrado cidadão consiga perceber e assimilar; que a propaganda deva despertar o imaginário popular por meio do apelo aos sentimentos, medos e aspirações mais profundos de um povo.

No contexto atual, as massas vão além de juristas e professores, contudo há uma multidão de indivíduos infantilizados que estão constantemente saltando de ideia em ideia e resumiu o que seria a propaganda nazista ao dizer que o governo não deve investigar e mostrar para a sociedade a verdade, devendo limitar-se apenas ao lado que lhe é mais diretamente favorável, ignorando e escondendo todas as facetas da realidade.

Houve um alerta para o fato de que a memória das massas é curta e efêmera, afirmando que justamente por isso a propaganda deveria se basear em *slogans* estereotipados de fácil entendimento e absorção, e que esses *slogans* devem ser administrados como pílulas, de forma persistente e repetitiva até a sua completa absorção pelas massas.

Dessa forma, a propaganda em um regime totalitário tem como finalidade cativar as massas, mantendo as pessoas atentas a tudo o que for dito, causando até

política de partido único, a militarização, o culto à personalidade do líder e o incentivo à propaganda. Tais regimes emergiram na segunda metade do século XX, como resposta à democracia liberal. Na Alemanha, o ressentimento e o contexto social marcados pelo desemprego, fome e o revanchismo tornaram-se elementos-chave para a ascensão do nazismo. Na Itália de Mussolini, o mesmo contexto de crise econômica e a utopia da construção de uma nação poderosa, assim rememorando o passado, deram bases para o nascimento do fascismo italiano. O totalitarismo como um regime filosófico-ideológico configurou o cenário europeu, à época, uma nova proposta de sociedade, baseada no nacionalismo extremado e na visão ideal de construção da nação-império.

suspense pela forma como se é orquestrada. Arendt (1989) enfatiza que, o sucesso da propaganda nos regimes totalitários e nas sociedades de massas contemporâneas, reside no controle do real que eles prometem e na ideia de onipotência humana a eles implícita.

No contexto de implantação de um sistema totalitário, a primeira vítima é a verdade factual, classificada por Arendt (2016, p. 295):

A verdade factual relaciona-se sempre com outras pessoas: ela diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza.

A contingência da realidade em si é um empecilho para as aspirações universais da ideologia totalitária. A relevância do assunto mereceu a dedicação de parte da obra principal de Hannah Arendt. Este último servindo de modelo para a propaganda de promoção dos governos totalitários. Para Hannah Arendt, a necessidade do uso da propaganda vem justamente pelo caráter sintético da ideologia totalitária, cuja autora afirma que: “por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer ao que comumente chamamos de propaganda” (Arendt, 1989, p. 390).

A transmutação da realidade em verdade ideológica se faz necessária na lógica totalitária porque a própria realidade dissolve qualquer pretensão de certeza fixa, não deixando brechas para qualquer ideia pseudopolítica; o que torna necessária a criação de uma espécie de simulacro da realidade¹⁰ calcada na ideologia, quer seja de purificação de raça, quer seja de classe. Assim, a propaganda totalitária atua em dois movimentos: a angariação de adeptos mediante a justificação de guerra a um inimigo comum¹¹ e a autopromoção do próprio regime totalitário aos agentes externos.

¹⁰ O conceito de simulacro na sua pretensão é apresentar-se não cópia, mas sim, apresentar-se como o próprio objeto. Como dito por Deleuze (2018, p. 262): “os simulacros são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude”. Neste sentido, o simulacro é uma expressão da diferença, assim revelando-se uma potência criadora na negação, tanto do modelo (ideia) quanto a cópia. Outro exemplo, citado por Deleuze (2018) se refere à criação do homem, na qual Deus o criou feito à imagem e semelhança. No processo do ato do pecado, o homem perdeu a semelhança, assim ficando apenas com a imagem. O homem torna-se simulacro de Deus.

¹¹ O totalitarismo é responsável por fornecer as massas um inimigo comum, alguém em quem é colocada a responsabilidade pelos males, um sujeito a quem é imputada a culpa por todos os problemas da sociedade, pois, ao existir um culpado específico pelo caos, torna-se mais plausível manter a união entre a população em defesa de um propósito final.

A propaganda sistematizada tornou-se ferramenta para os movimentos totalitaristas mediante o seu uso partindo da concepção do indivíduo reduzido ao simples aspecto biológico, ignorando, então, outros aspectos, por exemplo, sua atuação no espaço público como sujeito capaz de refletir e de transformar o meio em que vive, e tal perspectiva encontra um suposto respaldo científico na vertente psicológica de estímulo e resposta do behaviorismo¹², como bem assinala Aguiar (2008) e acredita que o uso das técnicas da referida escola de psicologia reforça o sentido do movimento de substituição da realidade pela ideologia, e como esta usa de subterfúgios para arrolar a si uma base científica que, na realidade, não possui.

A forma de comunicação em questão é dominante. Arendt (1998) já nos alertava que esse meio visava substituir a personalidade e a presencialidade como elementos de comunicação política, também objetivava substituir o papel das instituições políticas. As instituições são órgãos que estão sempre enraizados no tempo, porém todo esse tipo tradicional de comunicação política foi substituído a partir do advento do Totalitarismo por um aparato técnico, cujo aparato recorre às técnicas da publicidade e transplanta a técnica da publicidade para o domínio da política.

A publicação instrumentalizada acontece visando não apenas o domínio da política, mas também para a disseminação de mentiras, estas que não são erros ou ilusões, e sim ações deliberadas que visam à tomada do poder ou a permanência nele, sendo sempre fundadas na manipulação dos fatos. E não é de se estranhar que os próprios fabricantes de mentiras ajam como se elas fossem verdades que correspondem à realidade.

O objetivo da propaganda totalitária, destaca Arendt (1998, p. 411): “não é a persuasão, mas a organização”. A partir da organização e da coerência, as propagandas criam um mundo fictício, capaz de competir com o mundo real. A partir dessa constatação, merece ser salientado que o domínio total era a articulação entre os elementos: massificação, propaganda e organização. Na verdade, a propaganda totalitária germina em uma sociedade atomizada, isto é, em uma sociedade de

¹² “Com relação aos princípios filosóficos do behaviorismo radical (filosofia da ciência ou concepções sobre o behaviorismo radical), as noções escrutinadas foram as que disseram respeito a fatores inatos na determinação do comportamento, eventos privados como parte das contingências, a singularidade humana ou concepção de homem como diferente de outros animais e de outros homens, liberdade e dignidade humanas com aspectos relacionados ao controle do comportamento ou a finalidade da sua aplicação na sociedade” (Rodrigues, 2006, 145).

massas. Nesse modo de organização, na sociedade de consumo, os homens de massa são manipuláveis, mas também precisam ser conquistados. A propaganda totalitária só sobrevive por meio da explicação coerente de fatos manipulados. Na referida realidade, as massas são manipuladas, mas antes precisam ser conquistadas e dominadas ideologicamente para serem induzidas a determinados comportamentos.

Esse é basicamente o desenho de um projeto de mentira sistemática; a realidade vai sendo transmutada para aquilo que é propagado pela ideologia totalitária; o caráter volátil da realidade vai sendo substituído pela previsibilidade quase profética da propaganda e doutrinação totalitária, onde angústias e surpresas produzidas por uma “realidade dinâmica” dão lugar à “certeza” e à “segurança” da controladoria totalitária (isto em um sentido falso, claro!) É lógico imaginar que o anseio de eliminar todas as possibilidades de surpresas ruins, proposto pela ideologia, encontra terreno propício naquela mesma mentalidade de massa que aspira à universalidade.

Como profere Aguiar (2008, p. 9):

A publicidade não enseja formar uma opinião, mas provocar um comportamento, gerar uma atuação. Para aumentar a venda de qualquer produto, todos os recursos são mobilizados: a autoridade da ciência, a notoriedade dos consumidores, a beleza dos objetos etc.

A atuação gerada pela publicidade pode ser a de convencer alguém sobre algum conceito, finalidade e, no caso em questão, a venda do produto, estando envolvidos a ciência, consumidores e a qualidade da mercadoria.

Esse aspecto propagandístico dos governos totalitários é explanado em Origem do Totalitarismo, visando apresentar a propaganda como passo antecessor à doutrinação. Nos casos do Totalitarismo citados na obra, a propaganda aparece como forma de legitimação das ações que doravante seriam tomadas com intuito de implementação do uso da força, assim como também para alimentar o ego universalista fomentado pela própria ideologia, aplicando uma certa coerção sobre os indivíduos que ainda não haviam aderido totalmente ao pensamento totalitário.

No caso do uso da publicidade como veículo de legalidade para ações de força, podemos observar a máquina de propaganda nazista usando como pano de fundo de sua aspiração de controle o antissemitismo, sobre este, ela explica que:

Durante mais de cem anos o antissemitismo havia, lenta e gradualmente, penetrado em quase todas as camadas sociais em quase todos os países europeus, até emergir como a única questão que podia unir a opinião pública. Foi simples como ocorreu esse processo: cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele servilmente, eram os judeus (Arendt, 1998, p. 45).

No exemplo citado acima, vemos como algo que podia ser inserido no ideário da massa como uma coisa a ser combatida e contra a qual tudo se podia fazer; mesmo algo extremado, como foram os campos de concentração que culminaram em uma das mais horrendas práticas já vista e vivida pela humanidade, o Holocausto no qual “os nazistas, sem o confessarem, aprenderam tanto com as organizações dos gângsteres americanos quanto a sua propaganda, confessadamente, aprendeu com a publicidade comercial americana” (Arendt, 1989, p. 394).

A simbiose entre *marketing* e propaganda política fez com que surgissem figuras até então circunscritas apenas aos bastidores governamentais, tomando dimensões de importância para as pretensões totalitárias. Assim, Hannah Arendt nos apresenta as relações públicas com os *problem-solvers*, figuras da transmutação da verdade política em propaganda. Acerca deles, Aguiar (2007, p. 14-15) complementa que “esses homens detêm poder sem nenhuma limitação institucional, sem nenhum mandato publicamente estabelecido. Trata-se de uma forma de poder invisível e, portanto, anti-democrática”. Arendt (1973, p. 19) finaliza afirmando que “eles foram criados na atmosfera desmesurada na qual a metade da política é a construção de imagem e a outra metade é a arte de fazer o povo acreditar nessas imagens”.

Arendt (1973) entende que a relevância dos indivíduos nos governos é indicativa de que a propaganda se tornou fonte de produção de poder ou mesmo caminho pavimentado no sentido dos sujeitos. Tomando como base o aprendizado por parte da propaganda nazista das técnicas de *marketing* americano, podemos compreender o raciocínio arendtiano sobre como a sistematização da mentira, a partir da propaganda, torna possível a fixação tanto ideológica quanto prática da ordem totalitária dos governos dessa natureza.

A propaganda totalitária em duas frentes configura uma espécie de preâmbulo para um sistema de organização de mesma natureza. Já foi dito sobre a propaganda agir internamente no movimento como doutrinação dos membros e externamente no movimento como forma de atenuação aos olhos exteriores.

Portanto, encontramos também tal lógica apresentada por Arendt (1973), na forma como os governos totalitários se organizam.

Segundo Arendt (1989), no exemplo nazista, Adolf Hitler foi quem estruturou o corpo de membros a partir do efeito da propaganda sobre as mentes dos indivíduos. Ela apresenta a lógica que o *Führer* utilizou ao perceber que apenas uma pequena parte das pessoas estava realmente disposta a algum tipo de ação em prol da ideologia do movimento. A esta, despendia-se a qualidade de membro, enquanto as outras que buscavam uma aproximação mais tímida empregava-se apenas a qualidade de simpatizante.

A estrutura expressa e entendida pela lógica de “camadas de cebola” (Arendt, 1989, p. 63) produzia algo como uma barreira de proteção de duas funcionalidades, a saber, a propaganda arregimentava membros e simpatizantes, dividindo-os em dois grupos: o primeiro servia como modelo de indivíduo e alvo para onde simpatizantes dirigiam suas aspirações e seus desejos de pertença, estes por seu turno serviam de camada de proteção para os membros, tendo a função de suavizar o contato entre eles e a realidade, com o intuito de filtrar as contingências que pudessem desconstruir aquela pseudorealidade construída pela propaganda e doutrinação da ideologia totalitária.

A ordem estabelecida nesses moldes possibilitava uma espécie de retroalimentação que permitia a continuidade dos governos totalitários. A doutrinação produzida pela propaganda totalitária agia para fixar a ideologia na mente dos membros e para captar a ideologia dos simpatizantes. A casta de membros fiéis é chamada de organização de vanguarda, que vê o mundo sobre a perspectiva proposta pela doutrinação.

Para o regime totalitário, tanto a organização de vanguarda quanto os simpatizantes têm funcionalidade na representação do movimento ao mundo externo. A vanguarda serve de modelo e fachada do movimento, enquanto o corpo de simpatizante (desprovido do fanatismo característico dos membros da vanguarda) é ainda visto como aquele formado por cidadãos inofensivos da sociedade totalitária, o que possibilita aos movimentos totalitários sua propaganda de fanatismo ser mais palatável.

Esse cenário só se torna possível porque o contexto de verdade foi corrompido de maneira que até a verdade factual, apresentada por Hannah Arendt como a verdade crucial para uma sociedade política equilibrada, perdeu o *status* de

referência para cair o nível de apenas mais uma opinião.

Como citamos no início do presente tópico, um dos primeiros passos para o sucesso na disseminação de uma ideologia totalitária é justamente a desconstrução da verdade dos fatos. Hannah Arendt, na obra “Entre o passado e o futuro”, 1972, no capítulo 7, “Verdade e política”, expõe a relação aversiva que os líderes dos movimentos totalitários têm com relação à verdade factual por eles afirmarem que essa nada mais é do que uma verdade conveniente àqueles que se opõem à sua ideologia.

Todavia, assim como também podemos perceber na obra da filósofa a aversão totalitária, a verdade factual nada mais é do que a reação da mentalidade ideológica à contingência da realidade pura, e essa intrínseca à realidade é o caminho de desconstrução para a pseudorrealidade construída pela ideologia totalitária.

Arendt (1972) explica que o modelo de relação entre membros e simpatizantes, baseado na lógica das camadas de cebola, repete-se por toda estrutura do movimento totalitário, mostrando que avançando para as camadas mais internas do movimento, perceberemos que, enquanto os simpatizantes são uma barreira de proteção que impedem o contato dos membros com a contingência real, eles também são utilizados como barreira de mesma natureza para a camada subsequente, a dos militantes.

Hannah Arendt diferencia os simples membros dos simpatizantes também utilizando o grau de doutrinação produzido pela propaganda, enquanto o membro comum ainda possui certo pertencimento ao mundo exterior, de maneira que ainda há uma dubiedade entre a vida particular e a vida partidária (devendo o membro, em circunstâncias de conflito, optar sempre pela segunda). No caso do militante, já não existe essa dubiedade, ele identifica sua vida por completo com o movimento.

Assim, cada camada possui sua funcionalidade dentro do sistema do movimento, e as funcionalidades são estabelecidas de acordo com o grau de doutrinação. Desta feita, notamos que a substituição da realidade factual deu lugar ao cenário construído de forma sistematicamente mentirosa. Vive-se, então, no seio do movimento e/ou governo totalitário em um simulacro da realidade.

2.3 Ideologia como risco à verdade factual e o terror como forma de governo

A ideologia ao qual Arendt (1972) se refere é controversa à ideologia comumente pensada na filosofia geral. Aqui a ideia está mais voltada à noção de lógica de uma ideia. Hannah Arendt escreveu sobre a questão da mentira na política no final dos anos 1960; não conheceu as mídias sociais e nem refletiu sobre o processo de produção de mentiras que nelas se desenvolve. No entanto, sua obra lança perguntas e hipóteses de pesquisas relevantes ao estudo do uso da mentira como arma política nas mídias sociais digitais, tão difundidas atualmente em nossa sociedade (Arendt, 1972).

Acerca da relação entre verdade e política, Arendt (2001, p. 283) nos alerta:

O tema destas reflexões é um lugar comum. Jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade. Sempre se consideram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista.

Hannah Arendt deixa claro que a verdade não é uma categoria política por excelência, assim como a mentira também não possui esse estatuto, embora não seja descartada como parte importante do jogo político, presente nas estratégias e articulações políticas. E, conforme já destacado, um regime totalitário ao romper com as tradições ocidentais de governo, desrespeita qualquer regra ou bom senso, nega as leis positivas.

O terror é a grande ideologia do nazismo, e não nos referimos aqui apenas ao medo de uma grande ditadura, mas ao medo de perder a própria vida, o medo de ter sua casa invadida pelo Estado e perder bens, ou até mesmo algum familiar que o Estado veja como ameaça ao seu sistema, pois no totalitarismo qualquer que fique no caminho das ideias do governo tem como destino a intolerância, a eliminação.

Conforme dito anteriormente, nas gênesis de estabelecimento de um governo totalitário, uma das primeiras vítimas é justamente a verdade e, no caso político, a verdade factual. Como temos visto no decorrer das obras de Hannah Arendt, o equilíbrio dos sistemas democráticos de representação depende diretamente da relação que a mentalidade política tem com a verdade dos fatos, a

realidade por ela mesma, e vimos também que a contingência, característica intrínseca da realidade, é o principal obstáculo e antídoto para a mentalidade totalitária. Dito isto, faz-se necessário que entendamos as nuances de substituição da verdade dos fatos pela verdade ideológica por parte dos movimentos totalitários, e como ela desemboca invariavelmente em um estabelecimento do uso do terror como *modus operandi* de governo.

Inicialmente, também devemos lembrar que, quando Hannah Arendt se debruça sobre o assunto, ela busca indicar em que medida a experiência totalitária pode ser comparada com outras experiências políticas acontecidas na história da humanidade. Para Arendt (1996), Totalitarismo, como forma de governo, significa algo que exacerbou todas as fronteiras político-ideológicas conhecidas, apresentando características apolíticas muito mais amplas do que outras formas tirânicas de governo, como a própria tirania, o despotismo, ditaduras, entre outras, conforme já citado acima na caracterização do totalitarismo e sua distinção entre ditadura e tirania.

Entender isso implica que também devemos conceber a ideia de que a experiência suceda e obtenha êxito, sendo necessário haver uma “revolução” anterior que culmine em um cenário propício à experiência totalitária. Tal revolução foi bem descrita por Hannah Arendt em sua descrição do processo de massificação da sociedade classista dos estados-nação da Europa novecentista. A autora destacou que o referido processo retira as qualidades dos seres humanos, deixando-os permeáveis e inúteis (Arendt, 1996).

Como abordou Aguiar (2008, p. 84): “Se estivermos de frente a um novo regime, significa que uma experiência completamente nova da humanidade passou a se constituir na essência do novo regime político”, ou seja, independente do modo como será esse regime político, a humanidade se comportará de forma ativa ou passiva diante dele.

O que possibilita a reforma citada acima é a implantação da ideologia como substituta da verdade factual. A mentalidade totalitária, paulatinamente, constrói um simulacro de realidade a partir da lógica ideológica, de maneira que esta se enraíza tão profundamente na mente do indivíduo da massa, que passa a ser sua “realidade tangível”. A lógica implantada no bojo contratual da vida social é a de que, seguindo aquela mesma aspiração universalista antes vista, o sujeito do Totalitarismo apresenta aversão àquilo que, sob circunstâncias locais, foi acordado

entre racionalidades com fim de administração da vida pública.

A limitação espacial e/ou temporal da norma positiva é o ponto abominável para a mentalidade totalitária, que aspira não só ao controle das mentes, mas também um pseudocontrole sobre as intempéries da vida; e apresenta, ainda, o mesmo caráter redentor presente em suas perspectivas cultural e jurídica. Este caráter redentor é tipificado na figura da lei, que segue uma dimensão superior aos próprios indivíduos, podendo ser o caso da lei da natureza ou da história.

Os dois casos são emblemáticos e rigorosamente parecidos, pois aniquilam aquilo que os indivíduos podem compor para si, em razão das características próprias de vida social e submetem-na a regras de caráter genérico. O que se construiu passa a ser substituído a partir da proximidade com a vida real por aquilo que apresenta uma relação distante com o indivíduo, e até alienada.

Como descrito antes, junto da propaganda vem a doutrinação, e as duas possuem funções muito bem estabelecidas no processo de implementação do Totalitarismo, pois produzem ao mesmo tempo indivíduos e realidades artificiais; indivíduos aptos à aceitação de uma falsa realidade igual e artificialmente produzida. A conclamação para aquilo que podemos denominar de “chamado à eternidade” impulsiona a mentalidade massificada humana rumo ao processo de rompimento com os critérios sociais e políticos, outrora estabelecidos por proximidade, a qual resulta na aceitação por impotência de uma nova ordem. Isto, mais tarde, nos ajudará a entender o terror como técnica de governo.

Hannah Arendt, evocando Cícero, aponta a pretensão totalitária nesse processo político de subversão; na evocação, ela indica o processo de alienação do indivíduo concernente à lei, descrevendo o ímpeto totalitário como se autojulgando maior do que aquilo que se chama *consensus juris*. Para Cícero, o povo é uma reunião de homens associados pelo consentimento do direito e pela comunidade de interesses (Arendt, 1989).

Para Hannah Arendt, o pico da subversão normativa é exatamente o sentimento de superioridade apresentado pela ideologia totalitária, pois julga poder prescindir de uma estrutura normativa geográfica e temporalmente ligada diretamente aos indivíduos, e estabelecer o que Hannah Arendt chama de “encarnação da lei na humanidade”. Isto produz o estranhamento entre homem e lei, pois por não possuir relação intrínseca com os indivíduos, a lei ideológica visa enquadrar e configurar a humanidade a partir da sua própria megalomania

universalista.

A violência governamental inicia-se quando a ideologia totalitária aplica a lei diretamente à humanidade, sem atender à conduta dos homens. “Espera que a lei da Natureza ou a lei da História, devidamente executada, engendre a humanidade como produto final; essa esperança – que está por trás da pretensão de governo global – é acalentada por todos os governos totalitários” (Arendt, 1989, p. 514).

Acerca das leis da natureza e da história, destaca-se que no mundo grego, tinham como denominador comum o conceito de imortalidade, permanência ou perduração no tempo. É por meio de um movimento circular e repetitivo que a natureza assegura, para as coisas que nascem e morrem, o mesmo tipo de eternidade para as coisas que são e não sofrem mudança.

Dessa feita, o governo totalitário vai sustentando sua ideologia por meio do indivíduo de massa, que além de tornado sujeito atomizado, agora também se transformou em sujeito impotente. O resultado da subversão da verdade factual pela ideologia é um produto completamente esvaziado de seu caráter político e reduzido simplesmente ao aspecto biológico; foram destruídas todas as relações dos indivíduos entre si, e entre estes e a normatividade.

A violência que subjaz os indivíduos a essa forma totalitária estabelece o terror como forma de governo, pois produz artificialmente um cenário que minimiza a *persona*, tornando o indivíduo em uma espécie de peça descartável; muda as relações interpessoais obsoletas de maneira que, agora, não só há estranhamento do indivíduo com relação ao arcabouço político, mas também referente ao seu semelhante. “O outro já não é condição da constituição, realização e reconhecimento da identidade” (Aguar, 2008, p. 85).

Arendt (2008) percebeu a mortificação da política partindo justamente da destruição das relações interpessoais. O peso da propaganda, da doutrinação, da subversão normativa, tornou o indivíduo e a sociedade em massas a serem manobradas, e quando por algum fortuito o indivíduo da massa olha introspectivamente, se vê totalmente insignificante diante daquilo que olha. O terror, assim, torna-se o viés de controle e de governo, podendo ser executado tanto por vias de doutrinação quanto por vias de opressão, conforme falaremos adiante quando trataremos da relação de poder e polícia secreta.

Para Arendt (2008), a natureza e o princípio do governo totalitário são a ideologia e o terror, e a experiência fundamental na qual se enraízam é a desolação ou desamparo. Portanto, o terror funciona como uma forma de acelerar as leis da história e da natureza. Neste sentido, o corpo político diverso, plural, em que várias pessoas se organizam para lutar por seus próprios interesses, acaba se tornando pequeno, comparado à figura do chefe de Estado.

No sistema totalitário, a própria população é educada para perseguir inimigos objetivos, e estes são determinados pelo líder que discrimina e aponta quem são os sujeitos contrários à sua forma de governar e de agir. No mesmo sentido, a doutrinação se transforma em instrumento capaz de distorcer e forjar as verdades, destruindo a própria capacidade de análise crítica de pensar e de agir fora da vontade do líder.

O Totalitarismo se baseou na ideologia e no terror, e a experiência fundamental na qual se enraíza é a desolação ou desamparo, fazendo com que os indivíduos se sintam isolados, pretendendo além do domínio total. O Estado no controle de tudo, inclusive presente na mente das pessoas, faz com que elas se sintam intimidadas para expressar um pensamento, pois temem externar uma ideia contrária à ideologia da massa.

O terror é, então, a regra do regime totalitário; desencadeia-se no exato momento em que não há adversários ao regime, uma espécie de gratuidade que priva de sentido a culpabilidade e a inocência, conforme o grupo parasita ou o inimigo objetivo. Este é designado por Faustino (2016, p. 65) de:

Ora, a categoria de “inimigo objetivo” se evidencia como uma dessas instituições novas que, segundo nossa autora, apesar de ser utilizada inicialmente para fins propagandísticos, se revela como um dispositivo de domínio extremamente eficiente na fundação de um mundo totalitário, pois possibilita o esvaziamento tanto do mundo político como da intimidade e da interioridade dos seres humanos; deixando atrás de si cascas ocas após o seu surgimento.

Há, aqui, a destruição de qualquer espaço em que os homens possam expressar suas ideias ou agirem como era feito tradicionalmente em grupo para decidir sobre os rumos e decisões a serem tomadas no meio político.

3 POLÍTICA E VERDADE EM HANNAH ARENDT

Neste capítulo, serão abordadas as verdades factual e política, a mentira [*Fake News*], um mal na política.

3.1 A Verdade factual é política

A filosofia surgiu como tentativa de elaboração de saídas para problemas concretos, por meio da criação de seus conceitos. As aulas de filosofia, como lugar da experiência filosófica onde se questiona, investiga e estimula a busca pelas verdades, têm como objetivo oferecer critérios filosóficos para o aluno julgar a realidade por meio da prática do questionamento e da construção de conceitos. Apesar de aproximar pessoas e de certa forma facilitar a vida, muitos são os perigos que a internet pode causar, ainda mais nesse contexto entre verdade e política.

Em um mundo com fome e sede constantes por novidades e seguindo a lógica da busca por respostas práticas, rápidas e úteis, parece ser difícil encontrar alguma utilidade para a filosofia, e que se adeque a este contexto atual. No entanto, é justamente nesse contexto que a filosofia e seu ensino se fazem necessários à busca por saídas que não sejam prejudiciais à humanidade.

De fato, se apresenta como um grande desafio para a docência de filosofia. O professor precisa conseguir mostrar que a filosofia tem sua utilidade, e trazer sua aplicação no espaço público é fundamental. As aulas de filosofia precisam ser espaços de reflexão, a fim de que os estudantes se sintam motivados a agir com consciência e responsabilidade. Acerca disso, Cerletti (2009, p. 53) ressalta:

É essencial que haja um lugar e um momento para que, jovens e adultos, possamos pensar o mundo que vivemos e decidir como nos situarmos nele. Em definitiva, não é outra coisa que reviver a cada dia a atitude de quem filosofa, que não dá nada por suposto e não se conforma com o que os demais pensem por ele ou por ela.

Dessa maneira, além de pensar sobre os acontecimentos do mundo, procurando explicações, buscamos de igual modo que nossa sociedade seja capaz de viver bem e de progredir com a aplicação dos conhecimentos adquiridos, bem como seja capaz de ter autonomia, de pensar e de agir, com responsabilidade sobre os meios que utiliza. Destacamos a internet de um modo geral, *sites*, notícias, e as

famosas redes sociais.

O assunto sobre a verdade foi uma das áreas pesquisadas por Hannah Arendt, a qual realizou profunda reflexão crítica acerca desse fato e da mentira no seio das relações políticas. Para melhor compreensão, a autora em questão trouxe alguns pensamentos dos gregos a respeito do referido contexto e o modo como os dois campos do pensamento, da verdade e da mentira executaram no século passado, principalmente fazendo parte dos regimes totalitários e, atualmente, ganham destaque os campos de concentração, “paradigma desse regime totalitário” (Lafer, 1988, p. 117), sendo considerada uma verdade factual, ainda contestada atualmente.

Destaca-se para Hannah Arendt o aspecto público para se apontar a verdade factual, “por que a verdade factual constitui a verdadeira textura do domínio político” (Arendt, 2014, p. 287). Uma vez que seu campo está atrelado ao mundo público, pois os assuntos políticos se encontram em ação. Assim, eles devem sempre estar à disposição de todos(as), visto que alguma afronta à sociedade pode ser constituída, cabendo, então, analisar, contestar e dispor a legitimidade da verdade factual.

Todavia, isso não transcorreu e nem transcorre de maneira natural, pois segundo a historiografia dos costumes ocidentais do raciocínio político, a verdade e a política têm grandes relações ora de conflito, ora de similaridade.

Os conflitos se refletem nas relações políticas executadas, porque para promover a perpetuação do governo, a mentira e a manipulação foram manipuladas como a verdade dos fatos. Acerca dessa inquietação entre política e verdade, Arendt (1967, p. 1-2) atenta que:

O objecto destas reflexões é um lugar comum. Nunca ninguém teve dúvidas que a verdade e a política estão em bastante más relações, e ninguém, tanto quanto saiba, contou alguma vez a boa fé no número das virtudes políticas.

As mentiras têm ganhado proporções como ferramentas principais dos políticos e dos grandes estadistas. Atualmente, eles as utilizam por meios tecnológicos para corromper a veracidade dos fatos, distorcendo a realidade. As grandes mídias sociais promovem as chamadas *Fake News*, de maneira que manipulam as massas, facilitam a comunicação com a sociedade de modo direto.

Daí os políticos utilizam a mentira e deturpações para ganhar o apoio dos cidadãos. Arendt (1967, p. 2-3) frisa que “as mentiras foram sempre consideradas como instrumentos necessários e legítimos, não apenas na profissão de político ou demagogo, mas também na de homem de estado”.

A ação política é representativa, haja vista que o povo vota em quem considera ter maior aptidão para lhe representar e para fazer parte daquela. O ser deve se submeter às regras que ela impõe, e a relação entre os homens vai depender da posição que este ocupa na área política (Adverse, 2009). Assim, na referida área, o ser tanto pode enganar quanto pode ser enganado. Ademais, é importante ressaltar que a representação política se trata apenas de um modelo de ação política diante de outras possibilidades.

Nesse contexto, entra em cena a mentira, pois ela pode ser integrada à política ao se tornar o axioma da sociedade, como exemplo pode ser destacado o Totalitarismo no manejo dos fatos que, mesmo colocando em risco a vida dos povos subjugados por ele, se transformou em uma verdade factual enquanto existiu.

A verdade factual tem a sua relevância, pois por meio dela ocorrem a coexistência e a continuação das instituições, ou seja, no mundo. É neste que acontecem as relações entre os seres e

a despeito de toda sua intangibilidade, o espaço entre é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de teia de relações indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível (Arendt, 2014, p. 227).

O mundo é uma pluralidade de fatos que envolvem os seres humanos, todavia alguns deles podem se tornar comuns a uma certa sociedade, a qual busca interesses e objetivos comuns. O mundo é o espaço onde acontecem as ações políticas, onde cabe a cada um agir e ser, expressando suas opiniões e convivendo com as diferenças.

Concernente a essa realidade, já que ela não pode ser apenas uma escolha entre A ou B, então, “[...] a realidade nunca se apresenta como algo simples como premissas para conclusões lógicas” (Arendt, 2004, p. 21), que em virtude das suas condições se propõe a desfazer dos fatos, ou de forma que busque satisfazer a todos(as) ou somente aos seus governantes.

Assim, será a verdade factual que garante a relação do mundo público, ou seja, o qual engloba a todos(as), e a vida política por meio da ação e do discurso em congruência com os fatos de modo a garantir a memória e a exposição da vida dentro de uma comunidade política.

Ao analisar a política, Hannah Arendt vislumbrava a preocupação quanto ao mundo e, com isto, pretendia estabilizá-lo para oferecer um melhor *habitat* às atuais e às próximas gerações de forma livre, liberta e de modo que fosse capaz de entender os fatos como eles realmente são.

Por meio do Totalitarismo, a mentira moderna passou a se ater aos fatos conhecidos, principalmente quando o governante manipula a massa por meio de opiniões e “fatos”, especialmente na promoção da sua imagem e ao reescrever a história. Para tanto, ele passou a contar com as relações públicas, pelas quais há um contato mediato entre o governante e a população, por intermédio de tais relações, o governante busca passar uma imagem que não condiz com a realidade.

Arendt (2004, p. 17) frisa bem ao dizer que “[...] não parece haver limites para suas invenções, pois falta-lhe o poder do político para atuar, para “criar” fatos, e, desta forma, falta-lhe aquela realidade comum do dia-dia que coloca limites ao poder e traz as forças da imaginação de volta à terra”.

Assim, os assessores do governo, no que diz respeito às relações públicas, para Arendt (2004), são ferramentas utilizadas pelos governantes para controlar e se distanciar da sociedade, todavia isso se torna mais um risco do que conquistas com relação às experiências políticas, pelo fato de que “o mundo no qual a *vita activa* se despende consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas” (Arendt, 1974, p. 9).

Então, isso enseja no fato de que os humanos tomem certas atitudes no âmbito da política, e

“uma das características da ação humana é a de sempre iniciar algo novo, o que não significa que possa sempre partir *ab ovo*, criar *ex nihilo*. Para dar lugar à ação, algo que já estava assentado deve ser removido ou destruído, e deste modo as coisas são mudadas” (Arendt, 2004, p. 15).

Portanto, busca alterar algo que esteja desconfortável de modo a raciocinar sobre o futuro. Então, pela reflexão a respeito de um futuro diferente ocorre “[...] a negação deliberada dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a

faculdade de mudar os fatos – a capacidade de agir - estão interligadas; devem suas existências à mesma fonte: imaginação” (Arendt, 2004, p. 15).

A conexão entre ação e mentira possibilita a mudança da realidade. Nesta situação se apresenta a verdade como fator de potência política aos riscos que ocorrem por meio dela.

Entende-se que a ação é um dos fundamentos da política e tem uma ligação forte com a mentira, pois o axioma está mais inerente a essa do que com a verdade, especialmente em uma situação que não pode ser de modo diferente, pois:

A mentira não entra em conflito com a razão, pois as coisas poderiam perfeitamente ser como o mentiroso diz que são. Mentiras são frequentemente muito mais plausíveis, mais clamantes à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir (Arendt, 2004, p. 16).

Diante do contexto, ela salienta a relação entre verdade e política, destacando que no campo desta não há espaço para a veracidade, pelo fato de tal lugar ser preenchido pela mentira, a qual justifica a ação dos homens de Estado dando-lhes a serventia para modificar. Assim transparece a liberdade que, segundo Arendt (2003, p. 310): “[...] para o político profissional é quase igualmente irresistível superestimar as possibilidades dessa liberdade e, implicitamente, tolerar a negação ou distorção mentirosa dos fatos.”

A mentira tanto envolve a contingência quanto a imaginação dos fatos de acordo com o ensejo da população. É por esse meio que os políticos tentam passar uma falsa realidade de maneira natural e de forma que se raciocine positivamente. Para Arendt (2009, p. 314), “[...] depende de nosso compartilhamento do mundo com nossos semelhantes, e quanta força de caráter é necessária para se ater a algo, mentira ou verdade, que não seja compartilhado”. É por meio dessa partilha que a autora aborda a assimilação da mentira de massa propagada pelos governantes e por suas equipes.

Alguns governantes promovem a mentira organizada, visando controlar a sociedade, para que esta não busque promover uma ação de acordo com os seus anseios, pois estão sendo manipulados por aquela, visto que

verdade ou falsidade – já não importa mais o que seja, se sua vida depende de você agir como se acreditasse; a verdade digna de confiança desapareceu por completo da vida pública, e com ela o principal fator de estabilização nos cambiantes assuntos dos homens (Arendt, 2004, p. 17).

Surge o risco, que para Hannah Arendt é o fim da verdade entre os sujeitos, assim caso ela não subsista, então todo tipo de realidade seja possível.

A mentira foi uma das grandes artimanhas utilizada pelos governos totalitários, os quais, para controlar a massa, utilizaram propagandas e outros artifícios com o intuito de distorcer a realidade. De acordo com Arendt (2004, p. 17), “uma das lições que podiam ter sido apreendidas das experiências totalitárias é a assustadora confiança que seus dirigentes tinham no poder da mentira.”

Como pretexto para perseguir a quem não lhes obedecesse, propagaram a mentira de proteção do estado, da família e dos bons costumes, colocando-os como aspectos fortes e aliados à nação.

O mais interessante é o forte e grande apoio que os regimes totalitários receberam, estabelecendo que a mentira é uma fonte eficaz e assoladora da verdadeira história, sobressaindo a formulação de fatos e convência. Diante disto, podem se destacar os “protocolos dos sábios de Sião”, que foram:

Documentos falseados e disseminados no intuito de promover uma visão dos Judeus como ameaça à estabilidade política, econômica e social. Estes pseudos documentos gozaram de status de documento histórico e político, por significativo espaço de tempo (Arendt, 1989, p. 27).

Entende-se que, para legitimar o regime totalitário, foram utilizados documentos de ofício, tornando “a qualidade” desse movimento político uma mácula do governo totalitário de governar.

Arendt (1989, p. 383) instrui que:

A finalidade das mais variadas e variáveis interpretações era sempre denunciar a história oficial como uma fraude, expor uma esfera de influências secretas das quais a realidade histórica visível, demonstrável e conhecida era apenas uma fachada externa construída com o fim expresso de enganar o povo. [...] deve acrescentar-se o terrível fascínio exercido pela possibilidade de que gigantescas mentiras e monstruosas falsidades viessem a transformar-se em fatos incontestes, de que o homem pudesse ter a liberdade de mudar à vontade o seu passado, e de que a diferença entre a verdade e a mentira pudesse deixar de ser objetiva e passasse a ser apenas uma questão de poder e de esperteza, de pressão e de repetição infinita. O que os fascinava não era a habilidade com que Hitler e Stálin mentiam, mas o fato de que pudessem organizar as massas numa unidade coletiva para dar às suas mentiras uma pompa impressionante. O que era

simples fraude do ponto de vista factual e intelectual parecia receber a benção da própria história quando a realidade dinâmica dos movimentos passou a sustentar a mentira, fingindo tirar dela o entusiasmo necessário para a ação.

Esses estadistas aparelharam de forma organizada a mentira de tal maneira que baniam os fatos, controlavam a realidade e a sociedade, impondo a vigilância acerca da reminiscência histórica, porém isso não fica somente atrelado aos regimes totalitários, já que Arendt (2004, p. 25) afirma que: “talvez seja natural para os que ocupam cargos eletivos [...] imaginar que manipulação é o que dirige a mente das pessoas e, portanto, é o que realmente dirige o mundo”.

Para Hannah Arendt, uma peculiaridade da mentira está no perigo que ela oferece à sociedade para além de ludibriar; é tentar apagar da memória a verdade. Isto significa a habilidade que o humano tem para mentir. Segundo Arendt (1977, p. 250), é a liberdade que ele possui, não obstante, “o fato de podermos mudar as circunstâncias sob as quais vivemos é sobretudo porque somos relativamente livres delas, e é essa liberdade que é abusada, pervertida através da mendacidade”

A questão de a pessoa ser relativamente livre exclui a hipótese de ser totalmente livre, e isto é impedido pela ação de atribuir à mentira certos fatos. Então, ela o prenderá até que se torne um fato corriqueiro e ocorra uma situação na qual haverá dependente e articulador, sendo ultimato o autoengano como contorno total da realidade.

Dessa forma, a mentira na política ganha um grande espaço de ação, colocando em perigo a realidade, pois ela dá condições para que todos os tipos de acontecimentos passem a valer; a verdade começa a ser suprimida, tomando ares de resistência para um limite das ações políticas, para o campo da responsabilidade e situação humana de se comportar no mundo.

A retórica e a verdade são destacadas por Sócrates. A retórica é um meio pelo qual o ser humano usa para reger condutas, pensamentos e comportamentos de outro, enquanto quem utiliza a verdade, coloca-se em perigo porque a relação pode ficar estremecida.

Neste âmbito, Arendt (2000b) destaca o comportamento de Sócrates, pois ele buscava o “[...] direito de examinar as opiniões alheias, pensar sobre elas e pedir a seus interlocutores que fizessem o mesmo” (Arendt, 2000b, p. 126-127). Ao analisar as opiniões, consecutivamente estava examinando as perspectivas, e em

política aquelas variam de acordo com os pontos de vista, já que “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe permite uma perspectiva” (Arendt, 1974, p. 58).

O mundo representado pelos seres humanos e a natureza poderia destacar que é concebível que ele pertença a todos(as) enquanto existir, visto que são esses que condicionam a sua estabilidade.

Muito pelo contrário, é porque teria efeito de subitamente unir todos os homens numa única opinião, de modo que de muitas opiniões surgiria uma única, como se houvesse a habitar a Terra não homens em sua infinita pluralidade, mas o homem no singular, uma espécie com seus exemplares. Se isso ocorresse, o mundo, que só pode se formar nos espaços intermediários entre os homens em toda a sua diversidade, desapareceria totalmente (Arendt, 2008, p. 40).

Deste modo, o espaço que deveria ser da diversidade e da pluralidade, não possui lugar para as múltiplas opiniões, para a possibilidade de crescimento, no sentido de que, quando as opiniões são expressas em comunidade, existe a possibilidade de resolução dos conflitos de forma justa, enxergando e levando em conta todos(as) os(as) habitantes. A garantia do espaço plural e diverso é nossa responsabilidade, tanto sua existência quanto sua permanência.

3.2 A mentira [*Fake News*], um mal na política

Embora Hannah Arendt não tenha acompanhado nem vivido o advento das redes sociais, as reflexões contidas em seus ensaios “Verdade e política” (1967) e “A mentira na política” (1969) retratam muito bem o que atualmente enfrentamos acerca da difusão de mentiras, sobretudo nas plataformas digitais. As análises feitas por Hannah Arendt acerca da mentira na política permitem a compreensão do processo da produção de mentiras, do falseamento dos fatos, da sua manipulação sistemática, estes sendo favorecidos por implementos tecnológicos, programas, entre outros mais que atuam no sentido de distorcer a realidade e manipular opiniões.

Um fator a se destacar na análise da autora é que a mentira, de modo geral, é considerada pela tradição política como um recurso relacionado com a ação devido ao seu caráter persuasivo, deixando a verdade sem muito espaço para existir nesse polo, tendo a mentira mais poder de articulação. Conforme destaca Arendt

(2003, p. 309): “O mentiroso é um homem de ação, ao passo que o que fala a verdade, quer ele diga a verdade fatural ou racional, notoriamente não o é.”

É perceptível a necessidade de se entender a relação entre política e produção de mentiras com o intuito de dominar. Compreendemos também a necessidade de preservação de um espaço público que vise garantir a publicização das verdades factuais. Desta forma, Hannah Arendt acredita que a política é a única forma possível para o processo de autoconhecimento e capaz de gerenciar a vida humana em conjunto, preparando os sujeitos para a vida coletiva¹³. Na concepção de Hannah Arendt, a política é como ação plural, sem violência, e se apresenta como inerente à condição humana, à constituição do indivíduo e da sociedade em que se vive.

Em concordância com seu pensamento político, ação não se revela por meio das palavras apenas, mas em dizer a verdade e assumir uma postura de representante da verdade, impondo resistência à substituição mentirosa dos fatos ocorridos, buscando ser uma testemunha da realidade que se apresenta como uma ação política, configurando, assim, resistência política da verdade dos fatos.

“Ação é exatamente a substância de que é feita a política” (Arendt, 1973, p. 15). De acordo com o pensamento da autora, o agir na esfera pública se traduz na ação política, e essa atuação acontece não apenas por meio de palavras, mas principalmente por atitudes. Está na essência humana a capacidade de criar, de assegurar a novidade da ação a cada nascimento, como uma capacidade natural para recomeçar.

Para Hannah Arendt, nascer já é em si um milagre, porém a verdadeira glória e a grandiosidade da vida residem na forma de como reafirmamos nossa identidade no mundo e, isto, como destacado acima, se expressa por meio de palavras e ações. Enquanto os animais irracionais agem guiados por instintos de sobrevivência, os humanos vão além das necessidades biológicas, inclusive, muitas vezes, agem contra as próprias vontades egoístas e criam algo novo, cujo valor pode ser reconhecido de forma social e política.

¹³ Em sua obra “A condição humana”, Hannah Arendt apresenta uma análise sobre o que é específico e genérico na condição humana, onde destaca as seguintes atividades: labor, trabalho e ação, as quais integram a *vita activa* (Arendt, 2007). Destaca que são atividades fundamentais e cada uma está relacionada com a condição humana na terra. Dessas atividades, a ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação de coisas, correspondendo à condição humana da pluralidade e a pluralidade é a condição de toda vida política. Nessa conjuntura, embora as três atividades sejam muito importantes, a ação é a que se destaca no espaço público, na vida coletiva.

O pensamento de Hannah Arendt evidencia que a política se baseia na pluralidade dos homens, não sendo algo solitário e, nesse espaço plural, há intenções, motivações, emoções, também desejos. É, portanto, o lugar onde os diferentes ganham espaço e o universo plural compõe a coletividade política. No entanto, em tal espaço acontece alienação e existe mentira. Em seu livro “Entre o passado e o futuro”, no ensaio “Verdade e política”, a autora diz que a mentira é como um instrumento legítimo da ação política.

O fato da mentira se relacionar com a política não é novidade, como também seria um equívoco afirmar que as *Fake News* teriam surgido com as redes sociais. Existem relatos de notícias falsas desde sempre. A desinformação associada à manipulação foi uma estratégia adotada por continentes, e foi responsável por levantar e derrubar muitos reis e imperadores mundo afora, como exemplo, as mensagens falsas usadas no século XVI para tentar sabotar o reinado do espanhol Felipe II.¹⁴

Evidenciamos que formas tradicionais de organização, seleção, classificação e exclusão discursivas são colocadas “em xeque” dentro de um ambiente no qual parece não haver mais qualquer autoridade estabelecida, cenário este em que todos podem dizer “qualquer coisa” sobre qualquer assunto e da maneira que for mais conveniente. A informação pode surgir de qualquer fonte e sem nenhum critério, com potencial de ser disseminada rapidamente, de manipular as emoções e de realizar influência destrutiva e determinante na sociedade, sendo capaz de causar prejuízos individuais, coletivos e até mesmo institucionais.

¹⁴ Felipe II (1527 - 1598) foi rei da Espanha e de seus territórios ultramarinos. Durante seu reinado, o império espanhol atingiu seu esplendor máximo; expandia-se das Filipinas até a América do Sul. Em 1564, “uma notícia falsa foi usada para tentar sabotar seriamente o reinado de Felipe 2º”. Diz a BBC News Mundo, serviço em espanhol da BBC, Almudena Serrano Mota, diretora do Arquivo Histórico de Cuenca, na Espanha, ao relatar sobre como as notícias falsas são antigas e utilizadas com objetivos específicos. O monarca soube que um boato de sua própria morte “a tiros” havia se espalhado. A notícia foi divulgada “em Madri e outras partes dos reinos de Castilla”, segundo documentos históricos. E, por essa razão, foi necessário evitar, o mais rápido possível, que se propagasse para outras partes da Europa, “diante do risco que implicaria à monarquia”, ressalta a especialista. “Imediatamente, o rei teve que acionar toda a máquina burocrática dos correios e da transmissão de mensagens, a fim de chegar o mais rápido possível às áreas que ele considerava convenientes que aquela notícia falsa era um boato sem fundamento”, diz Almudena Serrano Mota. Assim, o rei enviou cartas a vários de seus diplomatas pedindo-lhes que neutralizassem os rumores e que fizessem vir à tona “a verdade em todos os lugares” (As mensagens [...], 2018).

[...] atrás da mídia digital, que, aquém da decisão consciente, transforma decisivamente nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto. Embriagamo-nos hoje em dia da mídia digital, sem que possamos avaliar inteiramente as consequências dessa embriaguez (Han, 2018, p. 10).

Ao abordar sobre *Fake News* na atual conjuntura do nosso país implica na preocupação com as próximas gerações, haja vista que esse hábito pode se tornar parte de uma cultura da desinformação. Quando um sujeito compartilha uma notícia sem pesquisar, analisar e refletir sobre o assunto, ele pode contribuir para a disseminação em massa de uma distorção dos fatos com finalidade de obter vantagens a um determinado grupo, depreciando, assim, o coletivo. Foi pensando na referida situação que o senador Alessandro Vieira (Cidadania – SE) apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.630/2020 (Brasil, 2020), também denominado como Lei das *Fake News*¹⁵ e definido como a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

A proposta de lei estabelece que as plataformas estejam sujeitas a sanções por não cumprirem obrigações legais como relatórios transparentes, exigir rotulação de robôs, destacar correções feitas por verificadores de fatos independentes. O texto também propõe que as plataformas devem aplicar a verificação responsável ao invés de moderação ou derrubada de conteúdo, que é feita hoje, notificando usuário e permitindo que ele se manifeste e, eventualmente, possa recorrer da decisão realizada.

O projeto de lei foi aprovado pelo Senado, no entanto, ainda divide opiniões sobre essa problemática, uma vez que alguns reclamam de perseguições a ideologias, repressão da liberdade de expressão, falta de transparência de como se faz a seleção do que é ou não notícia falsa.

¹⁵ “Art. 1º Esta Lei, denominada Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, estabelece normas, diretrizes e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada a fim de garantir segurança e ampla liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento. § 2º O disposto no *caput* aplica-se, inclusive, aos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada sediados no exterior, desde que ofertem serviço ao público brasileiro ou que pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil. Art. 4º Esta Lei tem como objetivos: I – o fortalecimento do processo democrático por meio do combate ao comportamento inautêntico e às redes de distribuição artificial de conteúdo e do fomento ao acesso à diversidade de informações na internet no Brasil; II – a defesa da liberdade de expressão e o impedimento da censura no ambiente online; III – a busca por maior transparência das práticas de moderação de conteúdos postados por terceiros em redes sociais, com a garantia do contraditório e da ampla defesa; e IV – a adoção de mecanismos e ferramentas de informação sobre conteúdos impulsionados e publicitários disponibilizados para o usuário” (Brasil, 2020, p. 2-3).

A verdade de fato, pelo contrário, é sempre relativa a várias pessoas: ela diz respeito a acontecimentos e circunstâncias nos quais muitos estiveram implicados; é estabelecida por testemunhas e repousa em testemunhos; existe apenas na medida em que se fala dela, mesmo que se passe em privado. É política por natureza. Ainda que se deva distingui-los, os fatos e as opiniões não se opõem uns aos outros, pertencem ao mesmo domínio (Arendt, 1995, p. 24).

Pensando nisso, depara-se com uma série de conflitos. A liberdade de expressão é a manifestação do senso crítico dos indivíduos. As lutas e conquistas contra os métodos de censura são motivos para promover a voz ativa dos sujeitos em suas mais diversas situações. Ao tentar analisar os critérios de confiabilidade, a primeira coisa que deve ser feita é verificar a fonte.

É importante procurar saber quem escreveu o texto, captou o vídeo ou tirou a foto, pois caso a informação não possua autoria, torna-se relevante desconfiar sobre sua origem, havendo autoria, se faz necessário saber se o autor tem legitimidade ou não. Relevante, também, ter evidências, ver se no texto há informações que sejam passíveis de verificação, como exemplo, nomes, dados, locais e citações a documentos ou pesquisas. Deve-se, ainda, levar em consideração o contexto. Consideram-se as diferentes forças em torno daquele fato, como acontecimentos atuais, tendências culturais, objetivos políticos e pressões financeiras e de mercado. Entender para quem o conteúdo foi produzido pode ajudar a identificar se existe algum viés ou intencionalidade que não está visível ao primeiro olhar.

Todas as notícias compartilham o fato de que foram criadas por alguém e com algum propósito. Entender a razão disso é a base para o letramento midiático¹⁶. A pergunta chave é: por que o texto foi escrito? É para informar sobre algum acontecimento? É para te convencer de alguma perspectiva ou sobre algum tema? Quem pode se beneficiar com a circulação da informação? É para te convencer a comprar algo?

Considerando que a mentira está e sempre esteve presente em todas as esferas e relações sociais, o que se torna preocupante para a situação é a utilização da mentira por meios institucionais. Neste sentido, Arendt (2000a, 2000b) se propôs

¹⁶ Esse termo é definido como “a capacidade de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens em várias formas” (Livingstone, 2004, p. 5, tradução própria). Tem como objetivo desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que as pessoas sejam capazes de entender o papel e as funções da mídia e provedores de informação nas sociedades democráticas, compreendendo a condição sob a qual a mídia pode exercer suas funções, fazendo uma avaliação de forma crítica sobre os conteúdos e serviços fornecidos.

a buscar saber como a mentira se relaciona com a política, como sua atuação no campo da política é capaz de “justificar” atrocidades e de enterrar valores que norteiam nossa sociedade, como foi no caso do nazismo de Adolf Hitler. Por outro lado, devemos também considerar que as propagandas fazem um apelo muito forte, captando não só a atenção, mas o sentimento dos indivíduos, não importando o absurdo da mentira, pois a massa está sempre disposta a se deixar levar, conforme afirma Arendt:

A propaganda de massa descobriu que o seu público estava sempre disposto a acreditar no pior, por mais absurdo que fosse, sem objetar contra o fato de ser enganado, uma vez que achava que toda afirmação, afinal de contas, não passava de mentira. Os líderes totalitários basearam a sua propaganda no pressuposto psicológico correto de que, em tais condições, era possível fazer com que as pessoas acreditassem nas mais fantásticas afirmações em determinado dia, na certeza de que, se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo, em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática (Arendt, 2000a, p. 432).

Arquitetadas pelos governantes, e dentro desse espaço de luta entre o conflito da verdade com a mentira, existem questões que se misturam, uma espécie de disputa entre si, sendo elas: a opinião, o fato e a mentira. No referido cenário entra em questão o seguinte argumento: o que seria o oposto da verdade? Uma opinião equacionada de ilusão que, por meio da retórica, o demagogo e o estadista enganam a multidão.

Para Hannah Arendt quem diz a verdade poderá correr risco. No caso do governante, ele não governa pautado na verdade, mas em cima da opinião que o sustenta. Portanto, dentro desse ambiente político, é perceptível para Hannah Arendt o conflito entre fato, opinião, distorção, mentira e verdade.

O dano que a política causa à verdade é responsável por esse ambiente de mistificação, considerando a sinceridade como uma virtude política. Arendt (2004) chama a atenção para o dano causado pela política em torno da verdade. A mentira está voltada ao projeto de poder. Ela afirma que pelo fato de pertencer a um grupo, acaba encorajando para que haja um falso testemunho. Assim, ao pertencer à determinada maioria, ocorrerá vazão para a mistificação, a mentira.

A veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira. Os historiadores sabem como é vulnerável a textura de fatos na qual passamos nossa vida cotidiana; está sempre em perigo de ser perfurada por mentiras comuns, ou ser esfaqueada pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento (Arendt, 2004, p. 16).

Na concepção de Hannah Arendt, não há como deixar a mentira fora de tal cenário, pois ela é parte integrante deste. O tipo de mentira organizada busca levar a opinião pública a duvidar de instituições sérias e invalidar até mesmo o discurso político, como também ocorre a eliminação do contraditório, sem abrir para a possibilidade de vencer pelo debate ou coerência.

A república tem como aspecto importante para destacar, a capacidade de acolher os conflitos e a pluralidade de ideias, e só é possível haver um sistema político desta maneira, se ele for capaz de acolher as diversas ideias e pluralidades existentes entre a sociedade, como também necessário se faz existirem canais de comunicação legítimos e voltados à resolução de conflitos. A mentira organizada põe em risco a segurança e a estabilidade da permanência e durabilidade do mundo, principalmente do espaço público, pois ela invalida a relação democrática entre governantes e governados.

Conforme Lafer (1992):

[...] a democracia se baseia no princípio da confiança e da boa-fé, e não no medo, ela sucumbe quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo segredo e pela mentira, que é o que ocorre quando a palavra esconde e engana, ao invés de revelar, conforme determina o princípio ético da veracidade.

Hannah Arendt compreende a mentira como algo perigoso no cenário político, justamente porque é lá onde está o meio legítimo de difusão de conhecimentos, e o povo lhe atribui credibilidade, fator perigoso também porque pode afastar a possibilidade de conhecimento da verdade pela população, inclusive vale ressaltar o episódio envolvendo documentos oficiais nos Estados Unidos da América, mais especificamente os documentos do Pentágono, em que foram elaborados por colaboradores dentro da Casa Branca, sede do governo dos Estados Unidos da América do Norte, sem que os departamentos que atuavam diretamente no conflito armado com o Vietnã tivessem conhecimento.

As instituições oficiais visam cumprir esse papel, garantir a segurança e estabilidade. No entanto, é necessário destacar a fragilidade que os mecanismos para acompanhar as informações circuladas têm, sobretudo nas redes sociais populares. Quando surgiram e logo ganharam destaque na internet, muitos acreditavam que esses meios (redes sociais) seriam espaços para debater ideias, para promover a diversidade, uma espécie de nova *Ágora* com abrangência mundial.

O que se constatou, porém, foi que a interação nesse meio é dominada por diversos interesses, sejam eles econômicos e de fácil manipulação, inclusive pelos algoritmos utilizados para atingir de forma rápida, uma classificação de perfis, também fazer sugestões de conteúdo baseado em sequência de raciocínios, instruções ou operações para alcançar um objetivo, necessitando, assim, que os passos sejam finitos e operados sistematicamente, configurando-se em um esquema de vigilância e monitoramento sobre o que deve aparecer nas plataformas digitais de comunicação.

As redes sociais são capazes de dar espaço e agregar pessoas movidas por ódio e ressentimento, que, apesar de isoladas, conseguem se agrupar e interagir entre si. Uma vez agrupadas por essa mobilização, conseguem gerar efeitos políticos, e o que é pior, agirem de forma irresponsável, sem compromisso com a verdade. Na maioria das vezes alimentando raiva por alguém com quem há algum desalinhamento de ideias, discordância de ponto de vista, apenas isso é o suficiente para que haja perseguição ao indivíduo por meio da manipulação da opinião dos usuários das redes sociais. Um antagonismo que gera e espalha violência, propagação de mentiras e desinformação. Destarte, assim afirma Arendt (2004, p. 284): “as mentiras, visto serem amiúde utilizadas como substitutos de meios violentos, podem ser consideradas como instrumento relativamente inofensivo no arsenal da ação política.”

O combate e o enfrentamento à disseminação de *Fake News* nas plataformas digitais são muito difíceis. Saber suas reais intenções, possibilidade de distinguir uma notícia falsa de outra verdadeira, sobretudo sabemos que são mentiras deliberadamente produzidas para enganar e controlar. Assim, banalizando o mal e gerando a barbárie. Segundo o professor José Sérgio Fonseca de Carvalho, essa forma de comunicação é dominante e, conforme alertava Hannah Arendt, visa substituir a pessoalidade e a presencialidade como elementos de comunicação política (Aula 1, 2020). Também tem pretensão de substituir o papel das instituições

sociais.

No entanto, as instituições são órgãos que sempre estão enraizados no tempo, e tal enraizamento, modo tradicional de comunicação política foi substituído a partir do advento do Totalitarismo por um aparato técnico, o qual recorre sobretudo às imagens, às técnicas da publicidade e a transplanta para o domínio da política. Isso é arquitetado de modo que não há apenas difusões de opiniões, perspectivas e pontos de vista sobre algo, mas também para disseminar mentiras, notícias falsas com intenções de tomar o poder ou de se manter nele. A tomada ou permanência de poder sempre está fundada na manipulação de fatos.

Não se trata, portanto, de negar que os fatos informam as opiniões, mas sim de afirmar que “as opiniões [...] podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade factual” [...] Em se tratando do debate político, da discussão sobre os eventos do mundo que são comuns a todos, que são do “interesse” de todos no sentido de que aparecem e estão “entre” todos (inter-esse), mesmo a opinião baseada em verdades factuais aferíveis e consensualmente aceitas jamais deixará de estar sujeita ao questionamento (Duarte, 2000, p. 180-181).

Dessa forma, Duarte (2000) ressalta que as opiniões como ferramentas do debate público são passíveis de crítica. A verdade factual é um constructo histórico, formada nas tramas sociais, políticas e de classe. Como dito por Michel Foucault: “[...] a verdade não existe fora do poder” (Foucault, 1979, p. 12). Isto significa dizer que a verdade não é um dado natural-cristalizado, passível de ser descoberto, ela é produto das relações de força-poder, que o filósofo francês definiu como regimes de verdade.

Em face de uma comunicação política tecnicamente montada, trata-se da mentira organizada e com determinado fim.

Segundo Pereira (2017, p. 93):

A instrumentalização moderna da mentira na política atenta inclusive contra a realidade; ela implica uma forma de tornar “verdade” uma mentira, uma falsidade. O risco está no apagamento da linha demarcatória entre ficção e realidade. É por essa razão que a instrumentalização da mentira, como mentira organizada, mira a possibilidade de apagar fatos testemunhados e conhecidos. A intenção de ser uma mentira geral, de massa, toca justamente no aparato que é o garantidor da realidade, o aparecer relacional dos fatos.

Interessante destacar que não se trata aqui de uma ocultação, o que era comumente chamado de segredo de Estado. Uma prática muito clássica por meio da

qual um Estado tentava esconder alguma informação importante de seus adversários, com o intuito de conseguir alguma vantagem na guerra. O que há de diferente da prática citada é a organização deliberada de uma farsa voltada para a manipulação de fatos, sendo a verdade forjada, havendo a manipulação da própria realidade.

Em circunstâncias normais o mentiroso é derrotado pela realidade, para a qual não há substituto; por maior que seja a rede de falsidade que um experimentado mentiroso tenha a oferecer, ela nunca será suficientemente grande para cobrir toda a imensidão dos fatos, mesmo com a ajuda de um computador (Arendt, 2004, p. 16).

Quando uma pessoa mente, há pelo menos alguém que saiba a verdade, e existe uma chance de esta reaparecer e, o indivíduo que mentiu, se retratar e confessar a verdade, mas as mentiras acabam tornando-se incapazes de rastrear. É muito difícil elas chegarem diretamente ao seu idealizador, pois chegam através de variados meios de comunicações, sendo mais comum pelas mencionadas redes sociais, que não sabemos exatamente de quem, só que seu alcance já atingiu muitas pessoas e, na maioria das vezes, apenas repostadas sem análise alguma, causando sérios prejuízos, pois não se sabe quem são os responsáveis de fato pelo dano causado.

Hannah Arendt alerta para a perigo que se tem ao analisar a justiça e a verdade de forma instrumentalizada, uma espécie de relação de troca. Destarte, se pode fazer o seguinte questionamento: “não seria a mentira justificável se fosse utilizada para evitar um mal maior?” Hannah Arendt dá a entender que até que seria justificável, mas só seria justificável se pensarmos a política pela lógica de meios e fins.

“O que os resolvedores de problemas têm em comum com os verdadeiros mentirosos é o empenho em se livrarem dos fatos, e a confiança em que isso seja possível por causa da contingência inerente dos fatos” (Arendt, 2004, p. 21).

O mentiroso, como dito anteriormente, é um homem de ação. Desta forma, ele está engajado para transformar e modificar a verdade por meio de narrativas. A mentira deliberada promove a desconstrução de um sentido comum e político. Desconstruindo o senso comum, o mentiroso provoca a desorientação dos indivíduos e, conseqüentemente, prejudica o espaço público.

Hannah Arendt descreve a mentira como algo natural da vivência humana.

Ao diferenciar, no contexto da esfera pública, a verdade factual tem mais impacto do que a verdade filosófica, pois a verdade filosófica não move muito a opinião das pessoas, e quando o faz nem sempre é bem aceita. Já a verdade factual é a verdade que está evidente, a verdade que expressa o mundo como ele é. Todavia, essa verdade encontra-se sujeita ao desaparecimento, sendo mais frágil e com possibilidade de ser moldada.

Por vivência humana, entendemos as ações cotidianas, que no jogo das relações de poder estão em constantes mudanças. Para Hanna Arendt, a mentira como discurso foi usada ao longo da história, sendo dispositivo para se alcançarem resultados políticos, e é vista como um comportamento político normatizado. Além disso, a autora destaca que a mentira pode ser uma substituta da ação violenta no meio político, isto é, como arma política, aparentemente inofensiva. Quando se refere à verdade, a autora aborda a questão da imposição, do ponto de vista da política; ela poderá ser utilizada como forma de oprimir.

4 AÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO COMO ESPAÇO DA VERDADE

Neste capítulo, serão abordadas a ação e a revelação do agente de forma a impedir as *Fake News*, bem como suas articulações diante da imprevisibilidade, irreversibilidade, perdão e promessa perante tais fatos.

4.1 Ação e revelação do agente como forma de resistência às *Fake News*

O espaço público é um local que ocorrem a distinção, a diferença e a pluralidade entre os seres humanos, todavia ele é comum a todos(as) e onde ocorre a ação, principalmente da política. No caso da ação, de acordo com a conveniência e oportunidade do ser, respeitando a opinião do outro, para que seja uma sociedade igualitária, porém aqui entra em contraste, pois podem acontecer divergências de opiniões e ocorrerem a alteridade e a distinção.

Arendt (1998, p. 189) afirma que: “No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”.

Acerca da singularidade, Hannah Arendt aponta que esta se mistura com a pluralidade, dando destaque ao juízo estético kantiano, no sentido da comunicabilidade. Tal juízo informado por Rohden (1998 *apud* Pequeno, 2015, p. 90) como sendo:

O juízo estético compreende as faculdades da imaginação (representada pela intuição) e do entendimento (responsável pelos conceitos) as quais estão associadas e se harmonizam para constituir a contemplação de um objeto ou paisagem. A interação entre tais faculdades está na origem do prazer estético. Sobre a natureza desse juízo e de sua relação com os juízos cognitivos.

Acerca do juízo estético em Kant, é importante esclarecer o que significa a finalidade sem fim, a qual se difere da finalidade objetiva. Trava-se de um valor atribuído de forma desinteressada, cujo valor está em si mesmo. Como o belo agrada sem nenhum interesse. A beleza e o juízo estético são afirmados em sua plena autonomia, tanto com relação ao conhecimento quanto concernente à prática, à moral.

O sujeito como ser de ação, em um mundo plural, deve ter uma abordagem responsável, também moral, no sentido de agir de forma a não privilegiar alguma predisposição já adquirida pelo sujeito, como privilegiar apenas suas crenças e valores particulares. O ser individual deve ter em mente que está no coletivo e, neste espaço, todos(as) devem ser contemplados(as).

Dessa maneira, a singularidade transcende a diferença e a distinção entre os homens, ademais ocorre a singularidade pertinente a eles, que os condicionam a se expressarem ou não sobre fatos, objetos e a si mesmos, visto que “só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se; só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo” (Arendt, 1998, p. 189).

Ela destaca também que a liberdade nasce com o homem, afirmando que, “com a criação do homem, veio ao mundo o próprio preceito de início; isto, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o preceito de liberdade foi criado ao mesmo tempo, e não antes, que o homem” (Arendt, 1998, p. 190).

E diante de várias análises feitas por Hannah Arendt sobre a pluralidade, uma que se destaca é o discurso, pois por meio deste ato, seu pensamento pode ser condizente com o outro ou com uma região, país etc. Assim, é constituída a política, pois une-se à ação e ao discurso, como apregoado por Arendt (1998, p. 191):

Se existe relação tão estreita entre ação e discurso é que o ato primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: Quem és? Esta revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus atos; contudo, a afinidade entre discurso e revelação é, obviamente, muito maior que a afinidade entre ação e revelação [...] De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis.

Em tal espaço, a internet é subjetiva, pois, para alguns, estar *on-line* significa a melhor forma de se comunicar, revelando que muitas pessoas se escondem atrás de avatares. Assim, elas podem decidir sobre o que desejam revelar a respeito de si mesmas e buscam, ainda, a compreensão do seu eu no outro.

A preocupação em questão visa a uma ampla gama de espiritualidade, habilidades comunicativas e promocionais, isto é, o julgamento estético reflexivo kantiano, conforme interpretado por Hanna Arendt.

Dessa maneira, o pensamento dito por Arendt (2000b, p. 139):

o fato de que o estar-só, enquanto dura a atividade de pensar, transforma a mera consciência de si – que provavelmente compartilhamos com os animais superiores - em uma dualidade é talvez a indicação mais convincente de que os homens existem essencialmente no plural.

Visto até mesmo na intenção de pensar, ainda mais em redes sociais, o sujeito manifestará o seu pensamento. No raciocínio de Hannah Arendt, a política é vista de modo plural, filosófico e que organiza o espaço público, mesmo que os sujeitos reflitam sobre uma história que não conseguiram sucesso, carregam significados de resistência por meio do sentido e da ação.

Frisando que a pluralidade rompe a tradição, superando a filosofia política de Platão, a qual Guimarães (2020) alude:

[...] todo homem que desejasse tornar-se um bom estadista, precisava ser um bom conhecedor do Bem, o que só seria possível mediante a combinação da disciplina moral e intelectual. Segundo os princípios platônicos muita educação era fundamental para o desenvolvimento de um bom governante. Se não fosse assim certamente se corromperiam quando chegassem ao poder. Deve o poder ser exercido como resultado do acúmulo de conhecimentos sobre o Bem e não pelo desejo de ter o poder pelo poder.

Visto que o pensamento político deve eliminar o isolamento e passar a ser geral, de maneira espontânea, buscando agregar aos demais, porém de modo cautelosa e a compreender a ação dos demais em um ato político que agregue entendimento sobre este. Dado que a dignidade da política não pode ser desacreditada e nem extinguida, pois ela também tem a sua liberdade que deve reger a dos humanos, principalmente quando as práticas são esquecidas.

Destaca-se que em um ambiente virtual ocorre um confronto e similaridade entre filosofia e política, visto que tudo que se constrói é feito, raciocinado e com destino para os homens, destacando a existência da coletividade e dos negócios humanos, e mesmo que a pessoa busque se privar de redes sociais, ela transcende a barreira do mundo virtual.

Em razão de uma vida contemplativa, uma visão do inefável, uma fuga do mundo e dos acontecimentos humanos, um lugar teórico onde a categoria da morte tenha grande significado, aí encontra-se a tensão entre a filosofia e a política que envolve a trajetória humana, principalmente daqueles presos ao ambiente virtual que

têm uma trajetória circular. Assim, a imortalidade compreende as ações humanas e a política.

Então, entra em destaque a ação humana, de quem fez algo para mudar a realidade da sociedade ou preferiu viver alienado e preso a um mundo virtual, assim como Arendt (1997, p. 28, tradução própria) afirma:

Por sua capacidade de feitos imortais, por poderem deixar atrás de si vestígios imorredouros, os homens, a despeito de sua mortalidade individual, atingem o seu próprio tipo de imortalidade e demonstram sua natureza “divina”. A diferença entre o homem e o animal aplica-se à própria espécie humana: só os melhores (os *aristoi*), que constantemente provam ser os melhores (*aristeuein*, verbo que não tem equivalente em nenhuma outra língua) e que preferem a fama imortal às coisas mortais, são realmente humanos; os outros, satisfeitos com os prazeres que a natureza lhes oferece, vivem e morrem como animais.

Nessa constatação, a modernidade faz com que alguns seres se tornem alienados e saiam do mundo e se refugiem em sua interioridade, esta tem a ver com a imortalidade¹⁷. Arendt (2014, p. 9) informa que: “[...] Como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico.”

Nesse sentido, a política não trata de garantir a sobrevivência, mas sim do que é público e do que faz parte de se tornar público. A sobrevivência, ou a economia, era a única preocupação da família. Contudo, a existência de uma garantia do outro em um regime de autonomia e distinção que protegia a especificidade da política, sendo feita uma distinção entre as esferas privada e pública da vida, que são a necessidade e liberdade (Pereira, 2005).

Atualmente, a preocupação familiar vem aumentando consideravelmente, precisamente diante dos seus educandos, para saber se no mundo virtual eles estão utilizando *Fake News* para lucrar com algo ilícito ou se estão sendo atacados. Sobre isto, Arendt (2014, p. 220-221) afirma que:

¹⁷ Hannah Arendt entende a imortalidade por meio da ação, do viver em sociedade e de se afirmar no espaço público. Essa imortalidade está relacionada com a política, impondo-se como aquilo que está sendo perpetuado no tempo pela memória e pela narração; apresenta como desejo de permanência, capaz de se perpetuar, superando o período de uma vida, levando culturas para as gerações futuras. Dessa forma, as ações dos indivíduos são imortalizadas por seus feitos e garantidas pela narração de memórias, de modo que ser imortal possibilita a vida plural no espaço público.

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver com ser distinto e singular entre iguais.

O homem é capaz de realizar o inesperado. Mesmo que aja de forma coletiva, a sua ação será repassada aos demais de forma singular, e a cada novo ser surge algo singularmente novo; o homem ocupa o seu lugar. Para Arendt (2014, p. 17): “o mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas [...]”.

Hannah Arendt difere o mundo social do político. Do primeiro, tanto fazem parte os seres humanos quanto os demais animais, e o segundo vai além das necessidades da vida, constituindo a liberdade, a igualdade. Conforme Pereira (2005, p. 28), “uma articulação onde não deve imperar a violência, mas a persuasão pelas palavras. Um modo de vida político é um modo distinto da dos bárbaros, de um modo de vida exclusivamente familiar”.

Ao ser familiar, o respeito e a ética devem imperar, pois estes dois conceitos fundamentam uma sociedade democrática, por isso é fundamental evitar as publicações de *Fake News*, as quais maculam a imagem alheia e a sociedade precisa fazer com que predominem a participação política, democrática e a igualdade entre os seres.

Essa igualdade, que pode ser chamada de interesse coletivo, diminuiu muito as diferenças entre os espaços social e político, visto que estes se assemelham às atividades econômicas administrativas e do que geram o campo familiar (Arendt, 1997).

Realçando sobre a igualdade, Arendt (1997, p. 51) destaca que:

Esta igualdade moderna, baseada no conformismo inerente à sociedade e que só é possível porque o comportamento substituiu a ação como principal forma de relação humana, difere em todos os seus aspectos, da igualdade dos tempos antigos, e especialmente da igualdade na cidade-estado grega. Pertencer aos poucos iguais (*homoioi*) significava ter a permissão de viver entre pares; mas a esfera pública em si, a polis, era permeada de um espírito acirradamente agonístico; cada homem tinha constantemente que se distinguir de todos os outros, demonstrar, através de feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos (*aien aristuein*). Em outras palavras, a esfera pública era reservada à individualidade; era o

único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente e inconfundivelmente eram.

Acerca da relação entre o público e o privado, a ação é responsável por garantir a equivalência entre discurso e ação, pois esta diz respeito a um fenômeno plural que necessita da presença e da participação de outros. Trata-se de uma categoria política que depende da pluralidade. Assim, o homem pode se manifestar de diferentes modos, acarretando, muitas vezes, oscilação entre inovar e restaurar, sendo que a ação política se preocupa com a social, de maneira a enfrentar a interioridade do ser ou até mesmo ele passa a viver a invenção do outro.

Em outras palavras, as estórias resultam da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu autor e seu padecente, mas ninguém é seu autor (Arendt, 2014, p. 228).

Os eventos humanos são reais, assim existem os seus criadores; ocorrem por meio de ações e enunciados. Desta forma, acontecem em espaços plurais e muitas vezes imprevisíveis, por isso não há formulações prévias, ocorrendo, então, a imprevisibilidade de maneira que o sujeito saberá se comunicar, se expressar e, porventura, se defender de algo que, como falado anteriormente, possa manchar sua imagem, como as *Fake News*.

A modernidade, antes abordada, vai ao encontro do pensamento de Hanna Arendt, visto que ela não segue a tradição, prefere percorrer seu caminho de modo que desperte a desconfiança de diversos setores aos seus pensamentos e definições.

A respeito desse fato, porém não se estendendo tanto com relação à Hannah Arendt, Pereira (2005) retrata que o modo dela se afirmar como judia faz-se compreender suas teorias, traçando uma relação sobre a implicação do psicológico sobre os seus pensamentos e assim se amolda a tensão, diferença e ambiguidades do ser.

Aponta-se também que ela menciona os limites da ação, a qual novamente envolverá o mundo dos negócios feitos pelos indivíduos que, por sinal, realizarão vastas ações, incluindo as *Fake News*, situação que, ao raciocinar sobre a ação de Hannah Arendt, a autora busca desfazer a palavra e conceitos pela linguagem, de modo a compreender a verdade dos fatos, o que de certa maneira

transcende a verdade.

Young-Bruehl (1997, p. 286) apontou que

era então capaz de avaliar a que ponto um conceito se afastara de suas origens e mapear a miscelânea de conceitos através do tempo, marcando pontos de confusão linguística e conceitual. Ou, dizendo de outra maneira: ela praticava uma espécie de fenomenologia.

Em outros sentidos, Hanna Arendt buscava por meio da tradição entender os fatos. O que realmente veio a romper a tradição, conforme a autora e segundo o pensamento de Young-Bruehl (1997, 280-281), foi o evento totalitário, pois:

O fio de nossa tradição, no sentido de uma continuidade histórica, rompeu somente com a emergência das instituições e políticas totalitárias, que não mais puderam ser compreendidas através de categorias do pensamento tradicional. Estas instituições e políticas sem precedentes se manifestavam em crimes que não podiam ser julgados pelo modelo da moral tradicional, ou punidos com a estrutura legal existente de uma civilização cujo fundamento jurídico tinha sido o mandamento Não matarás.

Ação essa que articulou os fatos políticos, sociais, colocando em evidência e legalidade movimentos de grupos violentos, principalmente como instrumento para enfrentar as diferenças, principalmente a ideológica.

Arendt (1997, p. 197-198) mencionando Platão destaca que:

É por isto que Platão julgava que os negócios humanos (*ta ton anthropon pragmata*) resultantes da ação (práxis), não mereciam ser tratados com muita seriedade; as ações dos homens parecem-lhes movimentos de títeres acionados por mão invisível, oculta nos bastidores, de sorte que o homem se assemelha a um brinquedo de um deus.

Assim, ocorrem em redes sociais com as pessoas que propagam *Fake News* por meio de mãos virtuais, quando elas buscam se esconder e, ao se sentirem com poder e razão de se acharem um deus. Destarte, Hannah Arendt julgava que é coerente afirmar que o contexto mundial não é unitário, pois o espaço público tem muitos aspectos de ação, inclusive virtualmente, porém a autora busca a veracidade dos fatos, como mencionado por Ortega (2001, p. 228):

a teoria política de Hannah Arendt representa uma tentativa de pensar o acontecimento, de afrontar a contingência, de romper e inaugurar, de recusar as imagens e metáforas tradicionais oferecidas para imaginar o político, e uma vontade de agir, de transgredir e superar os limites.

Hannah Arendt não deixou de lado a sua humanidade, visto que:

Essa discussão singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano (Arendt, 2007, p. 189).

Por meio da ação e do discurso que podem ocorrer, tanto de modo pessoal quanto virtual, se manifestam os opostos e as similaridades entre os sujeitos, havendo relações humanas que poderão divulgar e/ou se defender de ações provenientes de *Fake News*, e assim mostrarem ou esconderem suas facetas. Muitas vezes, escondem-se até de si mesmos, vivendo de aparência; utilizam uma máscara que, um dia, cairá e virá a público o seu eu não biológico, mas sim o psicológico.

Segundo Ortega (2001, p. 231), “não existe nenhuma matéria pré-subjetiva, nem é na intimidade, ou na sexualidade, que se oculta a verdade de quem somos, assim como não existe um eu profundo atrás das aparências”, pois através do tempo, aquele que “estava escondido” será descoberto ou passará a se conhecer melhor, e para Hanna Arendt não há subjetividade da psicologia do ser, pois é no espaço público que a pessoa alcança a identidade e mostra o seu eu.

Sobre o espaço público revelar a identidade do ser, Birulés (1996, p. 21) esclarece que:

A função do âmbito público é iluminar os acontecimentos humanos ao fornecer um espaço das aparências, um espaço de visibilidade, no qual homens e mulheres podem ser vistos e ouvidos e revelar mediante a palavra e a ação quem eles são. Para eles, a aparência constitui a realidade, cuja possibilidade depende de uma esfera pública na qual as coisas saiam da escura e resguardada existência.

Portanto, observa-se que a produção de *Fake News* pode ser realizada em diversas partes; ela será revelada no espaço público, pois é neste que os fatos são clareados, os humanos vistos e ouvidos, bem como contrapostos e vindos à tona.

Ortega (2001, p. 232) complementa:

somente na relação com os indivíduos livres por meio da ação e do discurso é possível para o sujeito se diferenciar, mostrar seu valor e poder reconhecer-se na alteridade, já que a lembrança e a reputação são fenômenos que acontecem no mundo.

Na antiguidade, o indivíduo buscava se gloriar e permanecer na história como sujeito que utiliza a liberdade para sobreviver de forma ética, sendo classificada por Foucault (1994, p. 1972): “liberdade como condição ontológica da ética” e a ética como a “forma refletida que adota a liberdade”. Assim, as estéticas de existência do ser entre Foucault e Arendt entram em contradição, visto que aquela é ética, enquanto essa trata-se da política, não que Foucault não mencione política, pois para ele a ética é uma dimensão política.

Para Ortega (1999), a forma como o ser se defende é uma resistência ao poder e assim passa a se preocupar consigo mesmo. Arendt (1988, p. 42) afirma que:

uma sondagem de opinião revelou: o ponto central é “a preocupação pelo homem”. O homem se preocupa por si mesmo. (Descoberta de si mesmo). É assim desde o começo da Idade Moderna. Em contrapartida: o ponto central de toda a política é a preocupação pelo mundo.

Ortega (1999) também acredita que, com a preocupação consigo, o homem passa também a se preocupar com o mundo à sua volta. E no mundo é que se desenvolvem as formas de relacionamentos, as quais Ortega (1999) aponta que são: a amizade, a cortesia, a solidariedade, a hospitalidade, o respeito, porém para que elas tragam certa efetividade, é necessário que sejam públicas e manifestadas entre os seres, de maneira que possam se unirem ou se repelirem, o que os tornam plurais.

Ortega (1999) destaca que, para Hannah Arendt, a amizade é diferente da fraternidade, visto que aquela expõe mais a humanidade, pelo fato de visar mais ao público, sendo que a fraternidade diminui a distância entre os seres humanos e, assim, a diversidade vai se transformando em singularidade, pois para Ortega (1999) esta torna as pessoas irmãs e participantes da mesma igualdade.

Neste tópico, além da abordagem sobre a ação e a revelação do indivíduo como forma de resistir às *Fake News*, foram abordadas a política, a ética, a amizade, a fraternidade, a liberdade de agir e se contrapor aos fatos no espaço público.

4.2 Ação e suas faces: imprevisibilidade – irreversibilidade – Perdão – Promessa

Em um mundo virtual no qual um indivíduo pode assumir diversas identidades ao longo de sua existência, entra em dúvida o seu próprio caráter, visto que ao agir, realizará um acontecimento, e ele surge diferente da última vez, assim como ele será identificado? (Xarão, 2000).

Ao repercutirem as ações desses indivíduos, aponta-se que a pluralidade humana, na medida em que ela mesma é uma condição fundamental da ação, é negada pela filosofia da história, pois acredita-se que a preservação dos feitos na linguagem e a ação ocorrem sob condições de pluralidade humana, a qual é central para toda a discussão.

Tal encadeamento geral leva a raciocinar sobre o que Hannah Arendt chamou de “rede de relacionamentos”. Com esta expressão, a autora quis mostrar a relação criada por meio de ações e enunciados; a relação que vai além da subjetividade como comportamentos e diálogos que acontecem entre pessoas, ou seja, intersubjetividade no sentido do que são “interesses”.

Para Hannah Arendt, todo o processo recebe esse direcionamento pelo fato de os indivíduos agirem e interagirem diretamente uns com os outros. A referida relação permite o surgimento de coisas novas por meio da ação e revela a identidade por intermédio do discurso (Silva, 2018).

A relação e o diálogo entre as pessoas identificarão os envolvidos da ação e essa relação ocorre pela rede. Arendt (2014, p. 228) interpela declarando que:

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciam um novo processo, que mais emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com que ele entra em contato.

Nesse contexto, o comportamento e a linguagem aparecem como elementos de exposição, pois indicam o autor das palavras e o marcam implicitamente a ponto de distingui-lo dos outros. A ação também é criadora de coisas novas, e é criativa no sentido de que pode iniciar algo novo. Juntos, o comportamento e a linguagem servem como motores de movimento que conectam a teia de relacionamentos.

O processo que se desenvolve por meio de ações e enunciados envolve o nascimento e a morte de um ser humano. No período entre o nascimento e a morte há uma história de vida, uma história contada em série. Ações e discursos que se aplicam durante toda a existência do evento, ou seja, uma série de histórias que foram vividas por essa pessoa única e que de alguma forma deixaram uma marca em quem com ela teve contato.

A ação política implica preocupar-se com o mundo humano, com o que é pertinente de vir a público, e por isso trava um embate contra a radicalização moderna da interioridade. É considerar o particular, as opiniões, que advindas de indivíduos que são sempre - em sua condição elementar - um novo começo, distintos. A imprevisibilidade inerente à ação foge à perspectiva da estatística, do comportamento, da mera conformidade. Neste sentido, há sempre uma possibilidade imprevista. Política nos referidos termos é abertura.

Sobre a irreversibilidade, Silva (2018, p. 75) destaca a morte nos campos de concentração:

[...] como Auschwitz, os homens aí não tinham o direito de nascer, de nada iniciar, de modo que o novo para eles não se constituía como possibilidade. Nessas horríveis fábricas de cadáveres, o que parecia certo era apenas a morte, mediante lenta e prolongada perda da dignidade humana. Exemplifica bem essa situação nos campos o relato de Primo Levi quando tratou do preço a pagar pela resistência. A que se esclarecer que nos campos de concentração só se negociava com a moeda da morte.

O único direito que cabia aos presos naqueles campos era a morte, por isso de nada adiantaria iniciar algo novo, logo porque além de estarem presos e vigiados, o seu destino era a morte e se resistissem seriam punidos, algo que serviria de exemplo para os demais, sendo que poderiam ter algumas “regalias”, caso assumissem o cargo de prisioneiros funcionários, ou seja, vigiavam o campo.

Segundo Silva (2018, p. 75), esses eram:

Os “prisioneiros funcionários” eram detentos do campo, que eram forçados a princípio, a servirem no sistema concentracionário como polícia do campo, junto aos outros detentos, o que fazia com que gozassem de pequenas “regalias”, se é que, pode dizer-se que existiam, se não apenas em comparação com os demais. Logo assumiam esse papel com afinco para garantir esse privilégio e tornavam – cruéis com seus pares.

Assim, frisa-se que não havia política, visto que essa é a liberdade dos homens no espaço público e, se ela fosse negada, então de certo modo a vida também estaria sendo negada, não havendo pluralidade, mas sim singularidade de indivíduos, pois aqueles considerados judeus, homossexuais, ciganos, testemunhas de Jeová e pessoas com deficiências eram capturados e aprisionados, tendo como destino a morte.

Esses campos interrompiam a imprevisibilidade que cada ser traz consigo, pois desde quando nasce até o morrer, ele é destinado a percorrer inúmeros caminhos e, de certo modo, aqueles suprimiram a liberdade do ser. Em tal contexto estão o transcorrer da vida à morte, constituindo uma gama de histórias das relações humanas, ocorrendo, então, a imprevisibilidade do nascimento ao morrer do indivíduo. Contudo, por meio das obras, ele se torna imortal através da memória e da fala e para saber de fato quem ele foi, Arendt (2014, p. 230-231) frisa que “só podemos saber quem o homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia.”

Para tanto, ele deve ser uma pessoa conhecida, retratada em algum documento e que tenha trazido uma representatividade para o espaço público, todavia não é necessário que o sujeito tenha realizado enormes feitos, mas que tenha participado de discursos e de ações, agindo em parceria com outros que também agiram e discursaram. Assim, Arendt (2014, p. 231) articula ao afirmar que, “disposição de agir e falar e inserir-se no mundo e começar uma história própria.”

As ações de uma nova geração são imprevisíveis, ou seja, cada novo ser pode trazer uma nova ação e um novo discurso, constituindo uma nova história. Mesmo que ela seja de fato identificada com a morte do ser, este vai deixando vestígios que serão contados por meio da narração, mas para isso o sujeito deve ter chamado a atenção de certo público que se interessou por sua história.

Sobre esse fato, Arendt (2014, p. 238) esclarece que:

Ao contrário da fabricação, em que a luz sob a qual se julga o produto final provém da imagem ou modelo percebido de antemão pelo olhar do artífice, a luz que ilumina os processos da ação e, portanto, todos os processos históricos só aparecem quando eles terminam – muitas vezes quando todos os participantes já estão mortos. A ação só se revela plenamente para o contador de estória [*storyteller*], ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes. [...] Muito embora as estórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o contador da estória que percebe e “faz” a estória.

Aqui, Hanna Arendt destaca a relevância do historiador, visto que é ela quem analisa e narra os fatos conforme ele constrói a “estória”, mesmo que esta tenha sido realizada por outra pessoa, pois quando o sujeito morre ficam seus contextos que podem ser juntados e emaranhados pelo contador, o qual imortalizará ou não os atos, sendo uma fonte da irreversibilidade, pois aquele que a viveu depois de sua partida fatal não pode mais reverter a ordem dos fatos.

Hannah Arendt frisa sobre o grande historiador Heródoto ao apontar que ele buscava “preservar aquilo que deve a sua existência aos homens”, dando destaque “aos extraordinários e gloriosos feitos gregos e bárbaros, suficiente louvor para assegurar-lhes a evocação para a posteridade, fazendo, assim, a sua glória brilhar através dos séculos” (Arendt, 2001, p. 69-70).

Dessa maneira, a irreversibilidade se materializa nos ideais imortais dos antepassados que viam o farol da dignidade humana na grandeza dos atos e palavras do indivíduo autônomo, a excelência dos atos e palavras entre outros seres humanos que merecem ser para sempre considerados exemplares.

Dando maior destaque à irreversibilidade, Arendt (2001b, p. 72) frisa:

[...] É que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como partes, que de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário a ênfase recai em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bíos* em linha reta dos mortais interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da história são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras.

O crédito de que os assuntos humanos são conduzidos diante dos olhos dos outros aparece na história de forma singular, porém para isso é imprescindível que eles tenham se tornado indiscutíveis para a pluralidade dos conceitos dos seres

humanos, uma vez que há “imprevisibilidade do resultado e o caráter revelador da ação e do discurso” (Arendt, 2014, p. 238). Assim, ocorrem depois da vida do indivíduo.

Para Silva (2018, p. 81), “morrer é garantir a bem-aventurança no sentido de imortalizar-se, no sentido de se fazer narrável; isto, a custas de todos os outros fatores, isenta a imprevisibilidade, ainda que relativamente”.

Diante desses fatos, deve haver bastante cautela na propagação de *Fake News*, porque elas podem distorcer todos os acontecimentos vividos pelos protagonistas da “estória”, bem como deve ser evitado o anonimato dos autores, pois é necessário se ter o convívio humano, resultado da pluralidade. De certa maneira, o que chamará a atenção está além da quantidade, isto é, a qualidade das informações e homens íntegros e estáveis em suas sociedades.

Nesses atos, Arendt (2014, p. 245) esclarece que:

[...] o domínio político resulta diretamente da ação em conjunto, do “compartilhamento de palavras e atos”. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com a parte pública do mundo comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se os muros da *polis* e os limites da lei fossem erguidos em torno de um espaço público preexistente, que, entretanto, sem essa proteção estabilizadora, não perduraria, não sobreviveria ao próprio instante da ação e do discurso.

O resultante da situação é que a pessoa busca se parecer com os outros de modo que esses apareçam nela, fazendo com que se estabeleçam a ação e o discurso e, principalmente, o diálogo. As manifestações de todos(as) ocorrerão no espaço público de forma liberal e política.

Esse contexto para Hannah Arendt gera o poder, que para a autora não é apenas algo imaginável, mas sim que pode ser realizado no espaço público pelo agir humano, o qual ela define como “espaço da aparência que passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação” (Arendt, 2014, p. 247).

Para Hannah Arendt, o poder não está atrelado propriamente à violência, visto que:

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas revelar realidades, e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades (Arendt, 2014, p, 247-248).

Destarte, tanto os costumes apregoados pelo pensamento político ocidental quanto as *Fake News* foram empregados como fenômenos de poder e de violência, isto devido a serem levados em conta a linguagem de dominação e o domínio por meio de algumas vezes imperarem a ameaça e a violência, e cujas existências afetam diretamente a forma como as pessoas permanecem juntas e as ações e discursos entre elas.

De modo extremista é que um ser busca viver isolado dos demais, assim, não havendo ação e nem discurso, o espaço público e a formação do poder tendem a desaparecer. As grandes guerras são consequências de países mais fortes que procuram comandar e viver sozinhos, atribuindo a Deus suas ações e a algumas sociedades, as quais não se importando com o que estão vivendo ou com o que seu vizinho está passando, se isolam e não se manifestam; enxergam a violência de maneira banal.

O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força [*force*] e o vigor [*strength*]. Enquanto o vigor é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (Arendt, 2014, p. 248).

As ações extremistas usam da força para colocar suas ações em jogo por intermédio de violência e assim julgar e destruir outras nações. Já o poder, mesmo que de forma mínima, possibilita ao outro aparecer, agir e se pronunciar, por isso que um grupo de pessoas com objetivos delineados garante o poder e somente por meio da convivência é que esse existe, pois

o único fator material indispensável para a geração de poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder, quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes (Arendt, 2014, p. 249).

Entende-se, então, que a propagação de *Fake News* não significa uma ação de poder, haja vista quem as divulga pode ou não conviver com a pessoa que tem falsas informações espalhadas pela internet.

Voltando a abordar o isolamento que pode ser a configuração da tirania, o negar a convivência humana está pautado na violência e, assim, “se a violência é capaz de destruir o poder, jamais pode substituí-lo” (Arendt, 2014, p. 250). Então, nos regimes tiranos, a característica maior é o isolamento fundamentado no medo e

na descrença geral.

A arguição do Totalitarismo negou a própria possibilidade dessa manifestação eficaz, ao se opor à pluralidade e ao submeter homens e mulheres aos horrores dos campos de concentração. A partir do exposto, conclui-se que a violência não estabelece o poder, não permite a ação nem favorece o espaço público, mas, pelo contrário, é a resistência mais flagrante ao referido espaço e a tal poder.

Agir significa enfrentar os outros com coragem heroica e assumir a responsabilidade por suas ações e palavras. À medida que o indivíduo se reconcilia consigo mesmo, aumenta o seu julgamento sobre tudo o que diz e faz e, em vez de se tornar frívolo ou de cometer males mundanos potencialmente perigosos, aprende a ser responsável e plural. Assim, estará sempre refletindo sobre como permanecer dentro de si mesmo, o que pode acarretar ou não perigo para espaços públicos.

Nas obras de Hannah Arendt, observa-se que o perdão está ligado às questões religiosas, tendo como grande reflexão o Cristianismo. A contradição está em algumas sociedades que buscam efetivar seus atos, sendo que a religião muitas vezes usou a contramão da liberdade de pensar, cerceando o progresso das Ciências e da Filosofia, frisando que, com relação à religião, “é normalmente visto como irrealista na esfera pública devido à sua conotação religiosa” (Lafer, 1988, p. 114).

Hannah Arendt atribui esse perdão a uma visão social, política e pública, detectando que ele é uma atividade do pensamento que pode garantir ao indivíduo um bem-estar. A autora carrega em si o fato do perdão, visto que, como já constatado, por ter sido judia e alemã foi perseguida pelos nazistas.

Santana (2019, p. 108) considera que o perdão se destaca como:

[...] qualidade daqueles que são virtuosos, recomendado pela maior referência do cristianismo – Jesus – como condição daqueles que desejam estar próximos da divindade. Assim, seja quando ensinado na chamada “oração dominical”, em que, em um diálogo místico com a divindade, solicita-se o perdão na medida em que se perdoa (Mateus, 6:12); seja na recomendação da necessidade de perdoar não sete, mas setenta vezes sete vezes (Mateus, 18:32), como em outras tantas passagens da Bíblia, o perdão é recomendado como signo de quem se conecta com algo transcendente, espiritual e religioso.

Pode-se afirmar que o perdão é dado a quem perdoa e traz em seu coração a benevolência da virtude, e quem tem como grande referência Jesus Cristo e assim passa a agir de forma espiritual e religiosa.

Hannah Arendt destaca a pluralidade humana como atribuição do discurso, este que reflete tanto a igualdade quanto a diferença, e é nela que os demais podem se reconhecer, passar a se compreender e a viver em sociedade, sendo na singularidade que “os homens podem distinguir-se, em vez de permanecerem apenas diferentes” (Arendt, 2007, p. 189).

Assim, acerca da propagação das *Fake News*, Arendt (2007, p. 245) frisa que:

Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe exatamente o que está fazendo; que sempre vem a ser culpado de consequências que jamais desejou ou previu; que, por mais desastrosas e imprevistas que sejam as consequências do seu ato, jamais termina inequivocamente num único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se revela ao ator, mas somente à visão retrospectiva do historiador, que não participa da ação.

Às vezes, muitos desses propagadores, têm a intenção de apenas chamar a atenção para algum fato que desperte certo alguém, não medindo suas ações, que podem ser desastrosas ao outro. Destarte, a imprevisibilidade dos resultados e a irreversibilidade dos processos causados pelas ações encontram a sua salvação na possibilidade da própria ação, mas a solução para o problema da irreversibilidade reside na capacidade de perdoar, e a solução para o problema da imprevisibilidade configura-se na incerteza do futuro, pois podem serem feitas promessas, mas não obterem seu cumprimento.

Assim, para Santana (2019, p. 110):

a existência de uma relação entre as faculdades de perdoar e de prometer: a primeira servindo para “desfazer” os atos do passado, enquanto a segunda servindo para criar, no futuro (mar de incertezas), “ilhas de segurança” que viabilizam a durabilidade e a continuidade das relações humanas. Embora haja essa relação, a abordagem da faculdade de perdoar é o que se nos apresenta como mais imediato.

Visto que a ação de pedir perdão, sendo de forma verdadeira ou não, é imediata, assim como a faculdade de perdoar. Para Hannah Arendt, isso deve ser feito na presença dos dois indivíduos; algo que é prescindível na relação *Fake News*.

Segundo Hannah Arendt, caso o ofendido não perdoe, “limitaria a nossa capacidade de agir a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos” (Arendt, 2007, p. 249), pois situaria na condição de vítima, planejando uma certa vingança e revanchismo como um animal selvagem e não dando condições para uma nova relação humana.

Santana (2019, p. 110) complementa ao afirmar que:

O perdão, assim, revelar-se-ia como recurso não apenas de liberdade, mas também de libertação, na medida em que retiraria os indivíduos de uma posição passiva, inativa, que é a posição da vítima diante do seu algoz, a este vinculada e amalgamada pelos laços da desforra. Isto, para Arendt, simbolizaria a negação da condição humana, impedindo o início de um novo processo, que seria a oportunidade da reinvenção, do recomeço.

O perdão liberta o ser de um passado tenebroso, podendo entrar em ação a fraternidade e a solidariedade humana, mesmo que ela destaque Jesus Cristo como o revelador da faculdade do perdão, não atribui somente a Ele esse ato, e que tal ação pode ser mediada entre os sujeitos, “pois só assim poderão também ser perdoados por Deus” (Arendt, 2007, p. 251) e, então, recomeçarem e iniciarem outras ações, entre elas o amor.

Para Correia (2007), há duas formas de amor: quando é voltado para Deus, que é chamado de “*charitas*” e para o mundo, denominado de “*cupiditas*.” Correia (2007, p. 18) afirma que o amor a Deus está relacionado com as “coisas terrenas em um deserto para os homens e o sacrifício do estar em casa no mundo”, visto que amar a Deus é se abdicar do seu eu, amá-lo e amar ao próximo, pois “o amor ao próximo, enquanto mandamento de renunciar a si, nunca permite compreender como é que pode haver aí ainda um próximo para a criatura absolutamente isolada” (Arendt, 1997, p. 114).

Assim, o que faz o sujeito mudar ou realizar algo político está relacionado “ao motivo para assumirmos nos próprios ombros o peso da coisa política terrena é o amor ao próximo e não o medo dele” (Arendt, 2007, p. 71), pois depende das relações entre os homens e do que os interessam, e o seu diálogo e afeição devem ser preservados, porém isso não ocorre sempre, pois uma grande parte da sociedade prefere viver isolada. Nesse contexto, a autora explica que:

Nem sempre este espaço existe; e, embora todos os homens sejam capazes de agir e de falar, a maioria deles – o escravo, o estrangeiro e o bárbaro na antiguidade, o trabalhador e o artesão antes da idade moderna, o assalariado e o homem de negócios na atualidade – não vive nele. Além

disso, nenhum homem pode viver permanentemente neste espaço. Privar-se dele significa privar-se da realidade que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem todos: pois chamamos de existência àquilo que aparece a todos; e tudo o que deixa de ter essa aparência surge e se esvai como um sonho – íntima e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade (Arendt, 2007, p. 211).

Para que ocorram essas relações abordadas, é imprescindível haver o espaço público no qual transcorre o político, pois “nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos” (Arendt, 2007, p. 31), que resumidamente tem o significado de amor *mundi*, o qual é explicado por Schio (2006, 226-227) como sendo: “a atenção dos cidadãos para a sua responsabilidade pelo mundo, oriunda das ações de cada um no espaço que é de todos”.

Algo bem conveniente que Hannah Arendt compara ao espaço político é uma mesa rodeada de pessoas, frisando que:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo espaço-entre [*in-between*], o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens (Arendt, 2014, p. 64).

Pode-se dizer que, a uma mesa, há pessoas com pensamentos diferentes e iguais, as quais buscam ou não o mesmo propósito e/ou a mesma finalidade e, ainda que aconteçam divergências entre elas, é onde serão planejadas e executadas ideias, ou seja, lá nasce a política como esfera de ação.

Como referência do amor, Hannah Arendt destaca Agostinho, e Duarte (2003, p. 36) aponta que:

O que aí se afirma sobre esse conceito só pode ser aplicado de maneira esclarecedora à sua reflexão política madura se o conceito de amor *mundi* for descontextualizado e adaptado para propósitos políticos estranhos aos do pensamento agostiniano, num procedimento teórico típico das violentas apropriações por meio das quais Arendt estabeleceu seu diálogo com os grandes pensadores da tradição filosófica ocidental.

Mesmo servindo de referência, Hannah Arendt desapegou suas atenções aos conceitos de Agostinho e se voltou aos pensadores da tradição filosófica ocidental, destacando a política de amor ao mundo.

Ao realizar uma relação dessa abordagem, nas palavras de Young-Bruehl (1997), para Hannah Arendt, Agostinho declara ser impossível um homem não sentir medo durante sua vida, o qual relaciona a morte de maneira que o presente seja precavido para que o futuro não traga surpresas tristes, assim “o amor como anseio deve afastar-se da terra e de todas as coisas mutáveis, todas elas, bens meramente relativos” (Young-Bruehl, 1997, p. 428).

Outra questão estabelecida por Agostinho era que ele concebia a eternidade como tempo presente, não havendo passado e nem futuro, e esses dois amores, a Deus e aos objetos do mundo, como algo “muito difícil para o homem, pois abdicar dessas coisas efêmeras, próprias da Terra, faz com que o homem deixe de estar à vontade neste mundo, privando-o de sua própria liberdade no local onde ele habita” (Sampaio; Carvalho, 2021, p. 159).

A liberdade é conquistada quando o homem se recolhe, questiona quem ele é. E, quando a resposta vem de Deus, o Único que a pode responder, gera no indivíduo o questionamento para buscar corrigir seus atos e começar a se amar, sendo, assim, levado espiritualmente para perto de Deus. Tal amor é chamado de *charitas*, pois o homem além de amar a Deus, aprendeu a se amar, porque aprende a renunciar as coisas do mundo e a desejar o que ele viverá para sempre. Assim, busca o seu verdadeiro eu de forma a raciocinar sobre o que deseja viver no futuro.

Sampaio e Carvalho (2021) ressaltam que Hannah Arendt destacava que Agostinho diferenciava o tempo e o ser, pois a temporalidade deveria ser suplantada de maneira que o homem conseguisse ser quem ele quisesse ser. Assim, para que chegasse a alcançar a autossuficiência, seria necessário desejar o amor até obter a eternidade, todavia renunciar ao que existe no mundo, comprometeria o amor ao próximo.

Dando sequência ao referido fato, Sampaio e Carvalho (2021) observam que o amor mundano é contraste ao amor a Deus. Duarte (2003, p. 37) colabora quando questiona tal relação, visto que, “como então compreender o tema do amor ao próximo, central para o cristianismo, no quadro desse autêntico solipsismo existencial, que marca o abandono do mundo em vista da relação da criatura para com o Criador?” Conforme Arendt (2014), de acordo com Agostinho, o amor ao outro é obra da caridade e, se nenhum dos dois não precisar dessa caridade, como fica a situação?

Uma das possíveis explicações ditadas por Hannah Arendt é que, “por natureza, o amor é não mundano, e é por essa razão, mais que por sua raridade, que é não apenas apolítico, mas antipolítico, talvez a mais poderosa das forças humanas antipolíticas” (Arendt, 2010, p. 302). Assim, pode considerar que, para existir um amor verdadeiro, não é obrigado ter algo em troca; quem ama exerce por vontade própria ou compaixão, por isso que ele rompe todo tipo de barreira e distância.

Por outro lado, o amor não serve para guiar revoluções, então também não faz parte da argumentação ou persuasão no diálogo político, mas sim em prol de toda a coletividade, pois “Se se tornaram porta-vozes do povo, não foi no sentido de que fizeram algo pelo povo, fosse por amor ou por desejo de obter poder sobre ele; falaram e agiram como seus representantes numa causa comum” (Arendt, 2011, p. 110).

Principalmente porque a pluralidade deve ser sacrificada em nome da vivência de sentimentos que exigem intimidade e exclusividade, criando um ambiente de tolerância e de confiança para com aqueles que, por acaso, não compartilham tais sentimentos.

Hanna Arendt acredita que, a pessoa para liberar o perdão, não precisa literalmente amar, visto que, aquele é um ato político, sendo assim, uma ação que pode dar respaldo ao início de um determinado feito, não como modo de reagir, mas de agir novamente de forma correta, concedendo liberdade a quem antes cometeu o erro e a quem o perdoou. Deste modo, a autora diferencia o amor do respeito, destacando que:

[...] o amor é em sua esfera própria e estritamente delimitada, o respeito é no domínio mais amplo dos assuntos humanos. Como a *philia politiké* aristotélica, o respeito é uma espécie de amizade sem intimidade ou proximidade; é uma consideração pela pessoa desde a distância que o espaço do mundo coloca entre nós (Arendt, 2010, p. 303).

Hannah Arendt se posiciona ao dizer que, o que faz com que a pessoa perdoe a outra é o respeito e não o amor, e dessa forma ela declara sobre o amor: “De fato, eu amo ‘apenas’ os meus amigos e o único tipo de amor que conheço e no qual acredito é o amor pelas pessoas [...] Em segundo lugar, não posso amar a mim mesma nem nada que eu saiba ser parte e parcela de minha própria pessoa” (Arendt, 1978, p. 246-247).

Assim, pode ser compreendido que o amor ao mundo significa responsabilizar-se por ele, mantendo o vínculo de relações entre os homens, destacando que, por meio da amizade, surgem o respeito e o amor. Nunes (2016, p. 72) salienta que

Não existe amizade sem que ambas as partes concordem com o sentimento; e até o mais egoísta dos homens reconheceria que deve respeito a quem o respeita, pelo menos no sentido de respeitar aquela parte do outro que o respeita.

A convivência no mundo deve ser estabelecida por meio da gratidão e da responsabilidade para com ele, devendo ser cultivados o respeito e a amizade, mantendo compromissos e promessas em conjunto para revolucionar, inovar ou igualar o âmbito mundano.

No sentido de Arendt (2011), o espírito revolucionário é também a expressão plena do amor *mundi* e, segundo ela, o próprio legado da revolução traz à tona um dos sintomas dessa perda de espírito, que se reflete no uso da linguagem e da terminologia política, diz-se que está refletido. Hoje, o contraste e a separação completa entre dois tipos de comportamento e de pensamento estão reforçados e operativos: a defesa da constância e da mudança e a novidade.

O que vem a ser destacado é que, “o amor do mundo constitui o mundo para mim, [a minha vontade determina] a forma como eu me ajusto no mundo. Assim, das minhas afirmações e negações dependerá a quem e a que eu pertenço” (Arendt, 1966, p. 560). O determinante concerne ao que o ser faz, se comporta e se relaciona. Destarte, Nunes (2016, p. 76) completa que “a volição é capaz de conservar o quem aparece, decidir com que forma o quem pretende aparecer e de conferir prosperidade espiritual às fundações políticas humanas”.

Para esse feito, precisa haver a faculdade do juízo que, para Arendt (2009a, p. 274), é a:

A eficácia do juízo repousa em uma concórdia potencial com outrem, e o processo pensante que é ativo no julgamento de algo não é, como o processo de pensamento do raciocínio puro, um diálogo de mim para comigo, porém se acha sempre e fundamentalmente, mesmo que eu esteja inteiramente só ao tomar minha decisão, em antecipada comunicação com os outros com quem sei que devo afinal chegar a algum acordo. O juízo obtém sua validade específica desse acordo potencial [...].

Mesmo que sejam raciocinadas de maneira singular, as atitudes devem ser tomadas de forma plural, pois a faculdade do juízo não deve prevalecer somente para si, necessita buscar a pluralidade para beneficiar a coletividade, assim:

a capacidade para julgar é uma faculdade especificamente política, exatamente no sentido denotado por Kant, a saber, a faculdade de ver as coisas não apenas do próprio ponto de vista, mas na perspectiva de todos aqueles que porventura estejam presentes [...] a compreensão disso é virtualmente tão antiga como a experiência política articulada. Os gregos davam a essa faculdade o nome de *phrónesis* (Arendt, 2009a, p. 274-275).

Dessa maneira, o amor deixa de ser visto como algo que atribui vantagens, tanto para quem ama quanto para quem é amado, pois de acordo com Arendt (1993, p. 52), “o coração humano é a única coisa no mundo que toma a si o fardo que nos é atribuído pela divina dádiva da ação”.

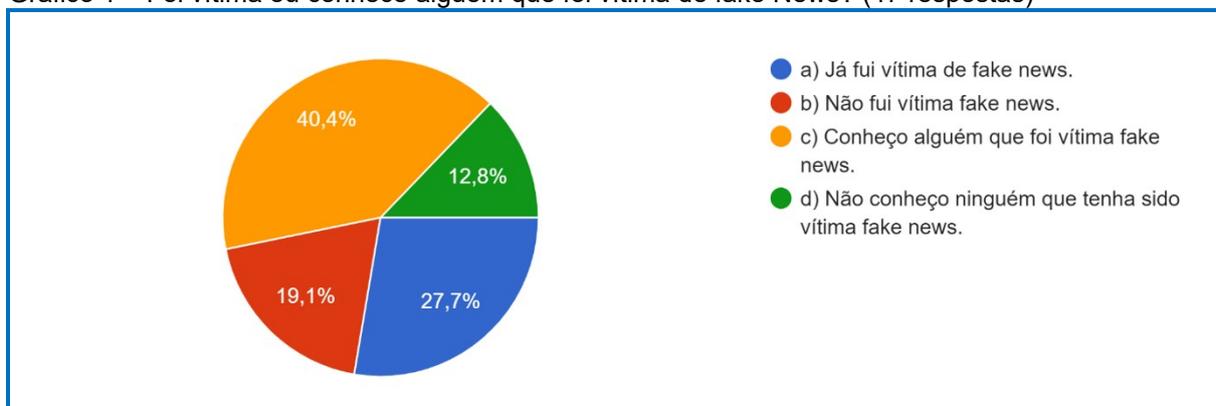
4.3 O ensino de filosofia como um aporte no combate às *Fake News*

Relatamos neste tópico a intervenção realizada em uma escola estadual de educação profissional, na cidade de Guaraciaba do Norte. Foram analisados os dados gerados a partir de sete questões aplicadas em duas turmas, metade de uma turma de terceiro ano e a outra metade de uma turma de segundo ano, com um total de 47 estudantes. A pesquisa foi de opinião com participantes não identificados, caracterizada como uma sondagem, levantamento estatístico de uma amostra da opinião dos estudantes.

A questão norteadora se baseou nas seguintes perguntas: será que os jovens estudantes possuem consciência sobre o perigo das notícias falsas? Será que eles estão aptos a reconhecerem uma notícia falsa? Qual a postura de nossos estudantes ao se depararem com uma mentira?

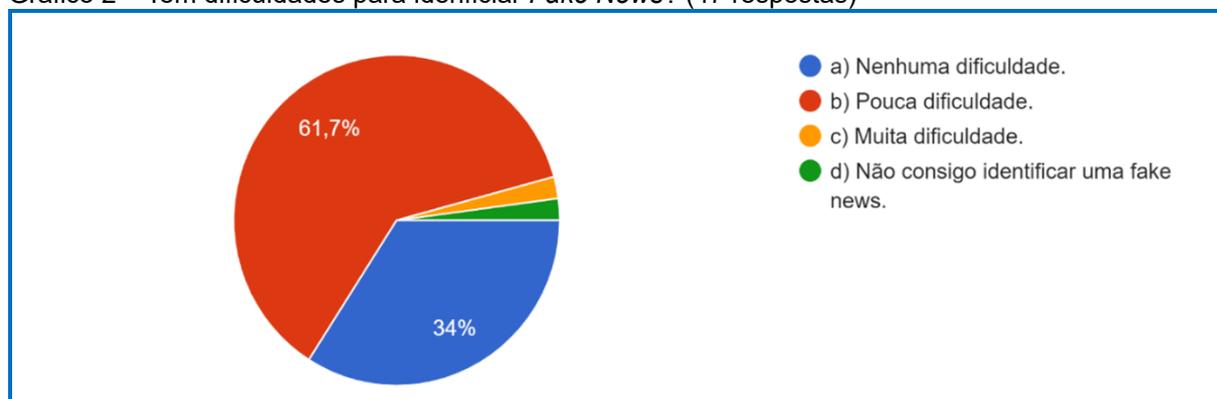
De natureza qualitativa, nossos objetivos com esta análise foram: apresentar as consequências sociais da propagação de *Fake News*; investigar os meios mais comuns de propagação de *Fake News* entre os alunos e alunas; indicar a filosofia como ferramenta capaz de combater as *Fake News* e incentivar os estudantes a investigarem as fontes de informações e combater as notícias falsas.

Gráfico 1 – Foi vítima ou conhece alguém que foi vítima de fake News? (47 respostas)



Fonte: Elaboração do autor.

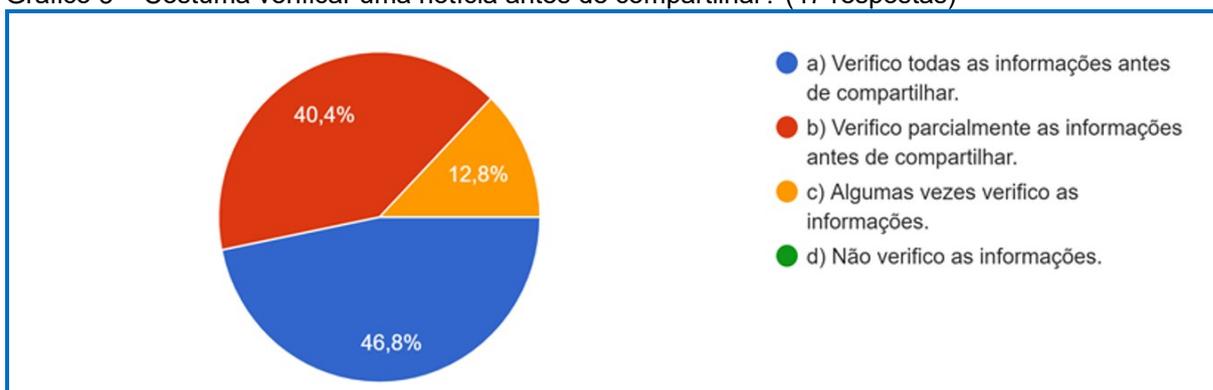
Podemos perceber que o Gráfico 1 apresenta os maiores percentuais, os quais apontam que os estudantes já tiveram alguma experiência com as *Fake News*, seja ao observarem um conhecido que foi vítima, ou o próprio aluno que foi vítima. O fato é que, esses casos somados, ultrapassam 68%, o que por si só já é um dado muito preocupante.

Gráfico 2 – Tem dificuldades para identificar *Fake News*? (47 respostas)

Fonte: Elaboração do autor.

Nessa situação, o Gráfico 2 demonstra que, em sua grande maioria, 61,7% dos alunos têm pouca dificuldade para identificar *Fake News*, já 34% dos estudantes disseram não apresentar dificuldade para identificar uma notícia falsa. Tais indicadores nos levam a questionar se de fato não é proposital a propagação de mentiras, uma vez que isso ocorre muito no meio jovem.

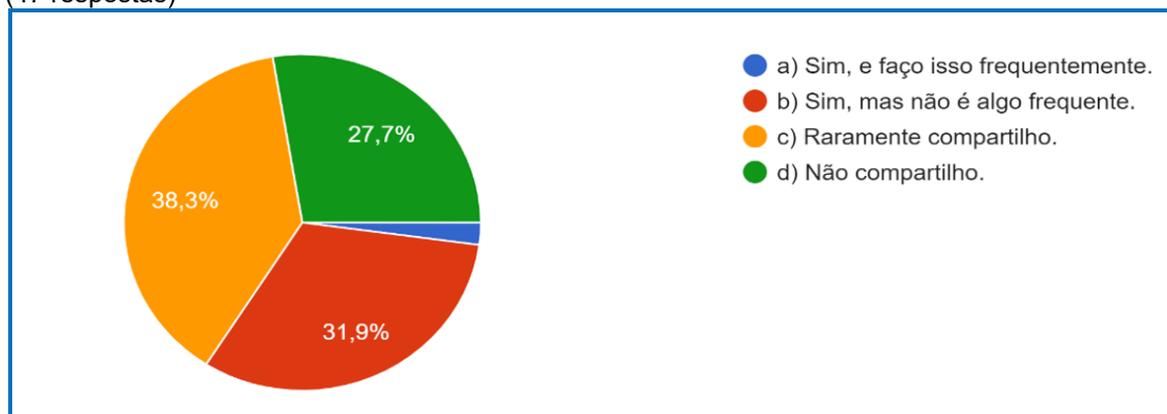
Gráfico 3 – Costuma verificar uma notícia antes de compartilhar? (47 respostas)



Fonte: Elaboração do autor.

O Gráfico 3 traz um dado preocupante, o qual diz respeito a 46,8% dos estudantes que admitem verificar todas as informações antes de compartilhar, pois esse percentual não chega à metade dos participantes, sendo que outro dado expressivo, 40,4% dos alunos admitem que verificam apenas parcialmente as informações antes de compartilhar. Em terceiro lugar, um percentual até significativo, observamos aqueles que verificam algumas vezes as informações, ou seja, 12,8%. O que significa dizer que tal resultado já poderia ser um problema na difusão de informações falsas, visto que nas redes sociais se propagam rapidamente e possuem longo alcance.

Gráfico 4 – Você já compartilhou uma informação influenciado por alguém que admira? (47 respostas)

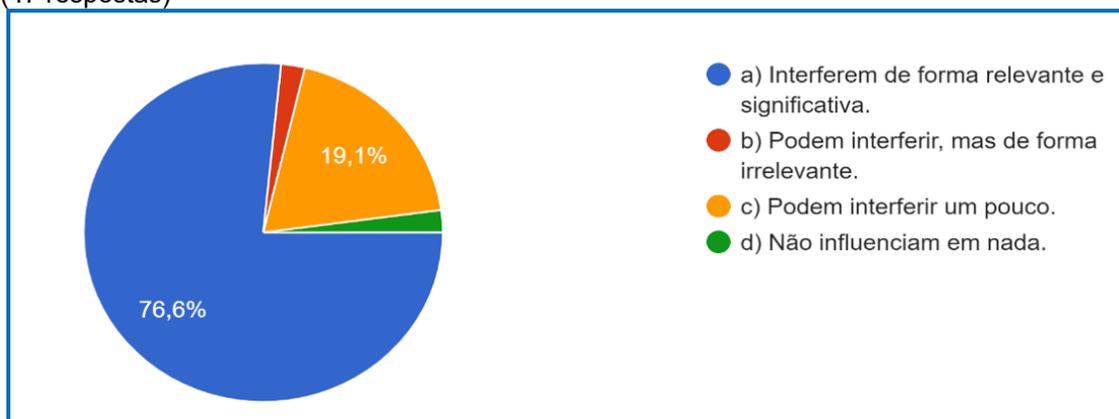


Fonte: Elaboração do autor.

Nessa questão, embora o Gráfico 4 aponte que apenas 2,1% dos estudantes admitem haver compartilhado com frequência informações em suas redes sociais, sendo influenciados por alguém que admira, não podemos ignorar o fato de que mais de 70% dos alunos também compartilham devido a alguma

influência, combinados os que não compartilham com frequência e os que compartilham raramente. Mesmo não sendo algo frequente, ou acontecendo raramente, já seria suficiente para contribuir para a propagação de mentiras.

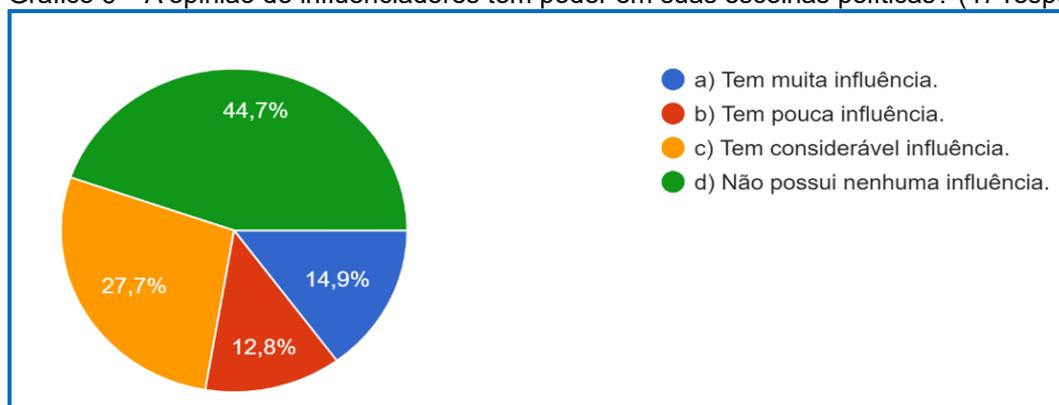
Gráfico 5 – Concorda que as Fake News podem influenciar em uma decisão política? (47 respostas)



Fonte: Elaboração do autor.

Com o Gráfico 5, torna-se perceptível que, quase 25% dos estudantes em questão, precisam de mais informações sobre os perigos e consequências que as *Fake News* podem acarretar. A roda de conversa será uma boa oportunidade para trazer alguns relatos que já ocorreram, danos irreparáveis às vítimas, conscientizando, assim, os estudantes sobre os riscos e perigos graves que as informações falsas podem causar.

Gráfico 6 – A opinião de influenciadores tem poder em suas escolhas políticas? (47 respostas)

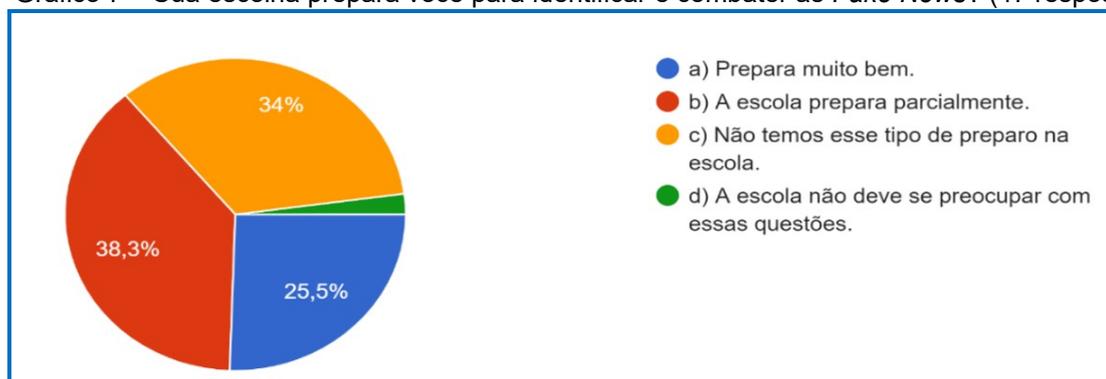


Fonte: Elaboração do autor.

Nos últimos anos, a onda de *digital influencer* ganhou muito espaço nas plataformas digitais, seja no *Instagram* ou *Youtube*, onde eles mais possuem seguidores e divulgam seus conteúdos. Com o tempo, esses influenciadores

passaram a criar modas, começaram a se preocupar em criar jargões que fossem reproduzidos por seus seguidores; perceberam também que podiam influenciar em suas decisões políticas, o que despertou muitos olhares de políticos que se utilizavam e usam esses influenciadores para se promoverem, o que tem dado certo, conforme constata o Gráfico 6 acima, por meio do qual vemos claramente que, os estudantes combinados aos que admitem serem influenciados de forma considerável, com pouca e com muita influência, ultrapassam os 50%.

Gráfico 7 – Sua escola prepara você para identificar e combater as *Fake News*? (47 respostas)



Fonte: Elaboração do autor.

A escola é um espaço de reflexão, formação social e objetiva formar cidadãos críticos, responsáveis e conscientes, porém sentimos a necessidade de tratarmos algumas temáticas relevantes e muito necessárias, como é o caso das *Fake News*. Pelo Gráfico 7, observa-se que foi muito expressivo o percentual de estudantes que relataram a necessidade de a escola preparar melhor os estudantes para identificar e combater as notícias falsas, perfazendo, assim, 34%. Nesta missão, o ensino de Filosofia se faz muito cabível e necessário.

Após finalizada a pesquisa de opinião com as turmas envolvidas, fizemos uma roda de conversa com o intuito de partilhar os dados obtidos, com o restante dos colegas da turma. Nesse momento, também tivemos a oportunidade de fazer alguns apontamentos com os estudantes, ouvindo-os e buscando entender o olhar dos jovens acerca do mundo digital, uso da internet, influências e a responsabilização sobre as postagens realizadas. Foram relatados diversos casos de pessoas próximas que sofreram prejuízos com golpes financeiros ao acreditarem em alguma informação sem analisar se era de fato verdade.

Com o referido diálogo, os estudantes relataram que a rede social *Instagram* é a mais utilizada pelos jovens, e foi por ela onde mais tiveram contato

com as *Fake News*, seguido do *Youtube*; outros meios que também merecem destaque como propagadores de *Fake News* são os grupos de *WhatsApp*. Mídias como *blogs*, *sites* e até mesmo algumas emissoras de televisão também foram citadas por já terem veiculado notícias falsas.

Finalizamos a roda de conversa apresentando a Filosofia como ferramenta capaz de auxiliar no enfrentamento das *Fake News*, trabalhar a nossa capacidade transformadora por meio da ação, modificar positivamente o espaço em que ocupamos, seja no mundo real ou no mundo virtual.

A partir das reflexões que tivemos acerca dos problemas abordados, elaboramos uma cartilha educativa com linguagem simples, clara e objetiva contendo dicas de como identificar as notícias falsas, reforçar nosso papel de cidadão em combater essa prática de espalhar notícias sem analisar o conteúdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de informações e de comunicação há muito tempo deixou de ser um problema. Este tem sido um grande desafio, sobretudo porque não se trata de falta de informações, mas um conjunto de crenças consolidadas que vão de encontro com valores estabelecidos. Embora o problema com a mentira na política não seja uma questão apenas da contemporaneidade, nos últimos anos, o assunto tomou rumos preocupantes ao se observar que a prática de espalhar *Fake News* tem se tornado coisa de profissional especializado.

Chegamos a nos preocupar com os rumos das instituições democráticas estabelecidas em nosso país. Uma vez que, estas sofrem ataques ideológicos que buscam entre determinados grupos de pessoas, validar narrativas que prejudicam e desinformam. As notícias falsas tendem a inspirar sentimentos fortes nos indivíduos, fazendo-os acreditar e a gerarem indignação ou grande surpresa, provocando nas pessoas a necessidade de compartilhar aquele sentimento fomentado.

Um governo totalitário se baseia na mentira e se sustenta por meio dela, estendendo sua influência nas instituições e trabalhando a massificação dos indivíduos. O sujeito massificado não pensa, apenas segue informações já estabelecidas. Ele é treinado para ter aversão à política, sendo controlado pelo governo totalitário. Este tipo de cidadão torna-se fundamental para a manutenção do referido tipo de governo. Hannah Arendt aponta que a mentira é utilizada como instrumento necessário e legítimo para o Estado.

Quando se analisa a política, sob o olhar de Hannah Arendt, podemos enxergar sua preocupação com o mundo, seu empenho para que o presente fizesse as pazes com o passado e, com isto, pretendia estabilizá-lo para oferecer um melhor *habitat* às atuais e às próximas gerações de forma livre, liberta, por meio da qual os homens entendessem as verdades factuais, o mundo como ele é realmente.

Hannah Arendt acrescenta que, para haver essa reconciliação com o passado, o perdão é fundamental, sendo inclusive uma ação política, pois para a autora, o perdão é um sentimento que deve ser vivenciado, uma experiência coletiva que não acontece sem a presença dos outros. Portanto, destaca a faculdade de perdoar como uma ação plural, relacionada com os domínios público e político.

Com este estudo sobre a questão da verdade na política em Hannah Arendt, podemos evidenciar que a política parece melhor se relacionar mais com a

mentira do que com a verdade. Tivemos a oportunidade de refletir acerca de diversos conceitos muito importantes para a compreensão da política, como Totalitarismo, isolamento, entre outros. Temas muito relevantes, atuais e que merecem enfoque, haja vista a necessidade de melhor atuação não só de nossos representantes políticos, como também da população acerca do trato com a verdade e com a mentira.

Para que isso possa ser evitado, é necessário voltar a atenção para a política educacional dos estudantes, os quais se deparam de forma direta com a disciplina de Filosofia. O ensino de Filosofia é direcionado para auxiliar o sujeito na construção de sua cidadania e na propagação de suas opiniões e críticas. E a pesquisa em questão fomentou o debate entre estudantes sobre a questão das *Fake News* na vida cotidiana e no espaço político.

Como contribuição deste estudo, pudemos destacar, despertar nos estudantes a conscientização no uso da internet, publicações nas redes sociais, influências de *Youtubers*, entre outros meios de comunicação por eles utilizados, fazendo com que se sintam participantes ativos na missão de combater a mentira e abrir caminhos para a segurança de informações também no mundo virtual.

Desse modo, a abordagem em questão trouxe reflexões que nos levam a analisar os rumos da nossa sociedade, repensar o conceito de liberdade, absurdo, engajamento e resistência. Ao final, produzimos material didático a ser utilizado em aulas que versem sobre a temática.

Consideramos que, apesar do esforço feito nesta pesquisa, o debate é bem amplo e ainda existem muitos pontos a serem abordados sobre o tema *Fake News*, sobretudo acerca do pensamento de Hannah Arendt ao se abordar a verdade na política. Neste sentido, trazemos aqui uma reflexão seguida de uma intervenção feita com estudantes do Ensino Médio, em uma escola estadual.

Esperamos que nossa geração seja capaz de abrir os olhos para a importância de se participar da política e que analise bem as informações propagadas, sobretudo nos meios político e social; que pesquisas abordando essa problemática ganhem espaços em nossas universidades.

Dessa feita, seriam interessantes pesquisas sobre os limites da liberdade de expressão, o perigo dos algoritmos na internet, e alertar os usuários acerca das permissões que muitos só concordam porque não sabem do que se trata. O que deveria ser um canal de informação confiável, passou a se tornar um emissor de

desinformação, o que despertou no público em geral critérios de análises na propagação de informações nos grupos de plataformas digitais.

Em um momento oportuno, seja o caso de dar prosseguimento à pesquisa, acreditamos ser interessante analisar o chamado “apelo de autoridade”, a força que alguns artistas e políticos exercem sobre seus seguidores. Analisar de que modo acontece essa influência e de que forma ela se sustenta, inclusive ultrapassando gerações, como é o caso de muitos políticos do nosso país, os quais se perpetuam no poder por meio de articulações com determinados grupos e segmentos sociais.

A proposta pedagógica de intervenção realizada com este trabalho, acreditamos ter sido uma prática exitosa e enriquecedora na formação dos estudantes envolvidos, culminando com a produção de uma cartilha educativa, simples, objetiva e de linguagem clara.

Desse modo, finalizamos a pesquisa em questão de maneira ciente quanto às suas limitações. No entanto, também temos a consciência de havermos contribuído para o debate tão importante e necessário sobre a propagação da desinformação com fins políticos. Procuramos trazer informações com o intuito de preparar nossos estudantes para identificar e combater as notícias falsas, para que os alunos possam exercer sua cidadania de forma autônoma e consciente e possam ocupar o espaço público, seja físico ou virtual, com responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. **Maquiavel**: política e retórica. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

AGUIAR, Odílio Alves. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. **Dois Pontos**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 73-88, out. 2008.

AGUIAR, Odílio Alves. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [s.l.], v. 1, n. 10, p. 7-17, 2007.

ARENDT, Hannah. Basic moral propositions. *In*: ARENDT, Hannah. **Lectures**. Chicago: University of Chicago, 1966.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Compreensão e política e outros ensaios**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2001a.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. Tradução José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. Tradução José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ARENDT, Hannah. **Denktagebuch**: 1950 bis 1973. Munique: Piper, 2002. V. 2.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. Tradução Mauro V. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2001b.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **The Jew as Pariah**: Jewish identity and politics in the modern age. New York: Grove Press, 1978.

ARENDT, Hannah. **Karl Marx y la tradición del pensamiento político occidental**: seguido de reflexiones sobre la revolución húngara. Traducción Marina López e Agustín Serrano de Haro. Madrid: Encuentro, 2007.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Título original: The origins of totalitarianism.

ARENDT, Hannah. **The origins of totalitarianism**. New York: Harcourt Books, 1994.

ARENDT, Hannah. **¿Qué es la política?** Barcelona: Paidós, 1997.

ARENDT, Hannah. **Rahel Varnhagen, a vida de uma judia**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. *In*: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Nova York: [s.n.], 1967.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Tradução Antonio Abranches; Cesar Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000b.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARENDT, Hannah. **Vinte anos depois**. Londres: MIT Press, 1996.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AULA 1: verdade e política: uma iniciação ao pensamento político de Hannah Arendt. Apresentação do professor José Sérgio Fonseca de Carvalho. [São Paulo]: Faculdade de Educação da USP: GEEPC, 2020. 1 vídeo (56min50s). Disponível em: <http://www.geepc.fe.usp.br/category/cursos/verdade-e-politica/>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BIRULÉS, Fina. Del sujeto a la subjetividad. *In*: CRUZ, Manuel (org.). **Tiempo de subjetividad**. Barcelona: Paidós, 1996.

BRASIL. **Projeto de lei nº 2630, de 2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CABRAL, João Francisco P. **Os regimes políticos e as formas de governo segundo Aristóteles**. [S.l.]: Brasil Escola, 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/os-regimes-politicos-as-formas-governo-segundo-aristoteles.htm>. Acesso em: 27 set. 2023.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

DUARTE, André. Hannah Arendt e o pensamento político sob o signo do amor mundi. *In*: BINGEMER, Maria Clara Lucchetti; YUNES, Eliana (org.). **Mulheres de palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EGÍDIO, Célio. Política: a saída dos outsider. **Gazeta de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/colunista/celio-egidio/politica-a-saida-dos-outsider/1108788/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FAUSTINO, Lucas Rocha. Reflexões sobre a insurgência da categoria de inimigo objetivo segundo Arendt. **Revista Reflexões**, Fortaleza, ano 5, n. 8, p. 60-76, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistareflexoes.com.br/artigos/reflexoes-sobre-a-insurgencia-da-categoria-de-inimigo-objetivo-segundo-arendt/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. V. 4.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUIMARÃES, Filipe de Oliveira. O pensamento político platônico: influência da religiosidade grega e legado para história política. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, v. 9, ed. 1, p. 96-105, jan. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/pensamento-politico-platonico>. Acesso em: 5 dez. 2023.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018. Título original: Im Schwarm: Ansichten des Digitalen.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789-1848. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1941-1991. Tradução Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Título original: Age of extremes: the short twentieth century: 1914-1991.

LAFER, Celso. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. *In*: MAIA, Antônio Cavalcanti *et al.* **Blog Artepensamento**. [S.l.], 1992. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/a-mentira-um-capitulo-das-relacoes-entre-a-etica-e-a-politica/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LAFER, Celso. O sopro do pensamento, o peso da vontade e o espaço público do juízo: dimensões filosóficas da reflexão política de Hannah Arendt. **Revista Brasileira de Filosofia**, São Paulo, v. 30, n. 114, p. 184-200, 1999.

LIVINGSTONE, Sonia. Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. **The Communication Review**, [s.l.], v. 7, p. 3-14, 2004.

MELLEGARI, Iara Lúcia. Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 26, n. 39, p. 917-924, jul./dez. 2014. Resenha da obra de: CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt e a modernidade**: política, economia e a disputa por uma fronteira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/tag/economia-e-a-disputa-por-uma-fronteira-t/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

AS MENSAGENS falsas usadas no século 16 para tentar sabotar o reinado do espanhol Felipe 2º. **BBC News Brasil**, [s.l.], 21 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45863680>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MONTESQUIEU, Charles. **O espírito das leis**. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. Brasília, DF: UnB, 1995.

NUNES, Igor Vinícius Basílio. Amor mundi e espírito revolucionário: Hannah Arendt entre política e ética. **Cadernos de Filosofia Alemã**, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 67-78, 2016.

OLIVEIRA, José Luiz de. O papel da “ralé” [mob] na perspectiva arendtiana. **Cadernos Arendt, Revista de Filosofia**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 44-53, jan./jun. 2020.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 24, p. 225-236, 2001.

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. **Juízo e espaço público**: uma relação em permanente tensão no pensamento político de Hannah Arendt. Orientador: Francisco Javier Herrero Botin. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. **O problema da verdade na obra de Hannah Arendt**. Orientador: Helton Machado Adverse. 2017. 183 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PEQUENO, Marconi. O belo, o sublime e a formação do juízo estético em Kant. **Cartema**, [s./l.], ano 3, n. 4, p. 89-98, dez. 2015.

RODRIGUES, Maria Ester. Behaviorismo: mitos, discordâncias, conceitos e preconceitos. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 1, n. 2, p. 141-164, jul./dez. 2006.

ROHDEN, Valério. **Interesse da razão e liberdade**. São Paulo: Ática, 1981.

ROHDEN, Valério. **Interesse da razão e liberdade**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SAMPAIO, Kamila Fernanda Barbosa; CARVALHO, Zilmara de Jesus Viana de. O cuidado com o mundo ou amor mundi e sua relação com a ação política em Hannah Arendt. **Kínesis**, [s./l.], v. 23, n. 34, p. 142-161, jul. 2021.

SANTANA, Alana de Andrade. Reflexões de Hannah Arendt sobre as implicações do perdão na esfera pública. **Humanidades em Diálogo**, [s./l.], v. 9, p. 105-113, 2019.

SCHIO, Sônia. **Hannah Arendt**: história e liberdade (da ação à reflexão). Caxias do Sul: EdUCS, 2006.

SILVA, Ricardo George de Araújo. Ação, pluralidade e política em Hannah Arendt. **Argumentos**, Fortaleza, ano 10, n. 19, p. 73-86, jan./jun. 2018.

SILVA, Ricardo George de Araújo. Ideologia. *In*: ORTEGA, Any; SILVA, Stanley Plácido da Rosa (org.). **Dicionário de conceitos políticos**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020.

SILVA, Ricardo George de Araújo. **Totalitarismo**: massas que não julgam governos que matam. Artigo integrante da dissertação de mestrado intitulada Política e liberdade em Hannah Arendt, defendida em janeiro de 2006, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

UNICEF. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Unicef, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 abr. 2023.

XARÃO, Francisco. **Política e liberdade em Hannah Arendt**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Por amor ao mundo**. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

APÊNDICE A – CARTILHA ENFRENTANDO *FAKE NEWS*, UM ATO POLÍTICO

Sobre a Cartilha

A cartilha está em formato digital e terá também a versão impressa. Feito isto, iremos incentivar os alunos a compartilharem em suas redes sociais o material produzido, que poderá ser utilizado para trabalhar a temática *Fake News*, não só apenas nas aulas de Filosofia ou Sociologia, mas poderá dar suporte às unidades curriculares, como Projeto de Vida, Disciplinas Eletivas e Formação para Cidadania.



Sumário

- 01 Definição de Fake News
- 02 Consequências das Fake News no cotidiano
- 03 Identificando as Fake News
- 04 Enfrentando as Fake News

01 Definição de Fake News

Introdução

Embora não seja um tema novo, o problema das **fake news** é um assunto preponderante, principalmente quando se analisa os setores da informação e da comunicação, uma vez que estas se fazem presentes em nosso cotidiano. Todos os dias somos bombardeados por todos os lados, com informações que tendem a nos influenciar de alguma forma. Parte dessas informações são inclusive criadas com o intuito de nos induzir a acreditar em alguma coisa, ou reforçar alguma ideia já disseminada, e muitas dessas informações não passam por algum tipo de **checagem** ou **verificação** de verdade ou mentira. Sendo que algumas já são mentiras produzidas e **disseminadas de forma sistemática**.

Conceito / Definição:

O termo *Fake News* tem como tradução "**notícias falsas**", e se fez frequente nos últimos anos, nos noticiários e na grande mídia. Esse neologismo tornou-se popular no ano de 2016, com o processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e também a partir das eleições presidenciais norte-americanas. É um meio de propagar notícias falsas de forma massiva com o objetivo de **distorcer** os fatos e **manipular a opinião pública** para obter vantagens políticas e econômicas.

Contexto histórico

As *Fake News*, embora tenham se tornado um termo popularizado nos últimos anos devido à sua disseminação na internet, têm raízes que remontam **séculos atrás**. A disseminação de informações falsas e enganosas sempre foi uma estratégia utilizada para manipular opiniões, difamar adversários e influenciar eventos históricos.

Nos **tempos antigos**, boatos e falsidades eram espalhados de boca em boca, muitas vezes de forma deliberada para prejudicar a reputação de um indivíduo ou grupo. Na **Idade Média**, por exemplo, rumores falsos sobre **bruxaria** e **heresia** eram usados para incitar o medo e justificar perseguições.

Contexto Global

As *Fake News* tornaram-se uma preocupação global, afetando não apenas o **cenário político**, mas também a **saúde pública, economia** e sociedade em geral. Em várias partes do mundo, vemos exemplos de como informações falsas e enganosas podem causar danos significativos. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, a disseminação de teorias da conspiração e curas falsas levou a decisões prejudiciais à saúde e segurança das pessoas, minando os esforços de combate à doença.

Além disso, as *Fake News* têm sido uma ferramenta poderosa em campanhas eleitorais ao redor do globo, onde a desinformação é muitas vezes usada para difamar oponentes políticos e influenciar a opinião pública. Países como Índia, Brasil, Estados Unidos e muitos outros têm lidado com o impacto negativo das *Fake News* em seus processos democráticos.

02

Consequências das Fake News no cotidiano

Ao abordar sobre *Fake News* na atual conjuntura do nosso país implica na preocupação com as próximas gerações, haja vista que esse hábito pode se tornar parte de uma cultura de desinformação. Para que isso possa ser evitado, é necessário voltar a atenção para a **política educacional**. Buscar apoiar ações de **conscientização** na formação dos estudantes, fomentar uma educação que questione não só as informações, mas os reais motivos e implicações das informações. As notícias falsas prejudicam de forma direta a vida das pessoas e podem inclusive causar prejuízos irreparáveis.

Consequências na vida pessoal?

Impacto Emocional: As Fake News podem gerar medo, ansiedade e raiva nas pessoas, especialmente quando se trata de notícias falsas sobre eventos catastróficos.

Redes Sociais e Relacionamentos: Compartilhar Fake News pode causar atrito em relacionamentos, especialmente quando amigos ou familiares acreditam em informações falsas.

Cultura do Cancelamento

A "**cultura do cancelamento**" é um termo utilizado para descrever um *fenômeno social* em que indivíduos ou grupos são "**cancelados**" por suas ações consideradas inaceitáveis pela sociedade, especialmente nas redes sociais. Esse cancelamento pode envolver boicotes, críticas públicas intensas, ostracismo e até mesmo perda de emprego ou oportunidades de carreira.

Na cultura do cancelamento, as pessoas são julgadas publicamente por suas ações, declarações ou histórico, muitas vezes sem levar em consideração o **contexto completo** ou a possibilidade de redenção. As redes sociais desempenham um papel significativo na cultura do cancelamento, pois permitem que críticas e boicotes se espalhem rapidamente, alcançando um grande público.

Fake News na política

As *Fake News* podem minar a **confiança no sistema democrático**, distorcendo a verdade e influenciando o resultado das eleições de maneira injusta. O impacto das *Fake News* vai além da simples disseminação de desinformação. Elas podem abalar a confiança dos cidadãos no processo eleitoral, levando a resultados que não refletem a vontade verdadeira do eleitorado.



O que é a polarização política?

A polarização política é um fenômeno que tem se intensificado em muitos países ao redor do mundo nas últimas décadas. Ela se refere à **divisão** e ao **afastamento de diferentes grupos** sociais e políticos em direções opostas, muitas vezes resultando em extremos ideológicos e dificultando o diálogo e a cooperação entre as partes.



A Filósofa Hannah Arendt falou sobre a verdade na Política

Embora Arendt não tenha acompanhado nem vivido com a advento das redes sociais, as reflexões contidas em seus seguintes ensaios *Verdade e Política (1967)* e *A mentira na política (1969)* retratam muito bem o que atualmente enfrentamos acerca da difusão de mentiras, sobretudo nas plataformas digitais.

As análises feitas por Arendt acerca da mentira na política permitem a compreensão do processo da produção de mentiras, do falseamento dos fatos, e até sua manipulação sistemática têm sido favorecidos por implementos tecnológicos; programas, entre outros mais que atuam no sentido de distorcer a realidade e manipular opiniões.

Um fator a se destacar na análise da autora é que a mentira, de modo geral, é considerada pela tradição política como um recurso relacionado com a ação, devido ao seu caráter persuasivo, deixando a verdade sem muito espaço para existir nesse polo, tendo a mentira mais poder de articulação. Conforme destaca Arendt "O mentiroso é um homem de ação, ao passo que o que fala a verdade, quer ele diga a verdade fatural ou racional, notoriamente não o é" (Arendt, 2003, p.309).

03 Identificando as Fake News

Identificar *Fake News* pode ser desafiador, mas existem algumas estratégias que podem ajudar. Ao receber uma informação suspeita, verifique a fonte, procure por evidências e não compartilhe sem ter certeza da veracidade. Fake News frequentemente são projetadas para provocar emoções fortes. Se uma notícia parece muito sensacionalista, verifique sua veracidade antes de compartilhar.

Como posso identificar uma Fake News?



Dicas e estratégias

- Verificar a fonte da notícia.
- Procurar por evidências e confirmações.
- Ficar atento a manchetes sensacionalistas.
- Utilizar ferramentas online de verificação de fatos.
- Consultar várias fontes confiáveis antes de compartilhar.
- Desenvolva um pensamento crítico ao consumir notícias. Questione sempre a veracidade das informações e busque por evidências.

Existe diferença entre **fato** e **opinião**?

Fato:

Um fato é uma informação objetiva e verificável, que pode ser comprovada por evidências ou dados concretos. Exemplos de fatos incluem datas históricas, eventos que podem ser documentados, números estatísticos, entre outros.

Opinião:

Uma opinião é uma visão subjetiva ou julgamento pessoal sobre um assunto, que pode variar de pessoa para pessoa. Exemplos de opiniões incluem gostos pessoais, crenças políticas, preferências, entre outros.



Não faça confusão!

A diferença entre fato e opinião é fundamental para entendermos como as *Fake News* se espalham e impactam a sociedade. Os propagadores de *Fake News* muitas vezes misturam fatos e opiniões para confundir o público. Eles podem apresentar uma opinião como se fosse um fato, levando as pessoas a acreditarem em informações falsas.

Fake News muitas vezes se baseiam em opiniões extremas para chamar a atenção. Opiniões radicais podem ser apresentadas como fatos, influenciando pessoas a compartilharem sem verificar a veracidade.

As Três Peneiras de Sócrates

Nem boas, nem úteis, nem verdadeiras



Eis que, certa vez, um homem foi até Sócrates e lhe disse:

- Sabe o que acebei de escutar sobre um amigo seu?
- Espere — disse Sócrates. — Antes de falar-me, gostaria de aplicar-lhe o teste das **três peneiras**.
- Teste das três peneiras?
- Precisamente. Antes de me contar qualquer coisa, é prudente filtrarmos o que será dito. São as três peneiras.
- Pois bem! Como funciona?
- O primeiro filtro é a **verdade**. Você já verificou se o que vai me dizer é verdade?
- Ahm... — hesitou. — Não. Não, eu só ouvi falar.
- Muito bem. Então você não sabe se é verdade. Vamos ao segundo filtro, o da **gentileza**. O que você vai me dizer sobre meu amigo é algo bom?
- Bem... Na verdade, não. Não é bom.
- Então, você veio me relatar coisas ruins sobre ele, sem saber se são verdadeiras. Mas ainda temos um terceiro filtro, o da utilidade. É útil que eu saiba o que você irá me contar sobre esse meu amigo?
- Creio que não.
- Sendo assim — concluiu Sócrates —, o que você veio me dizer não é nem verdade, nem bom, nem útil. **Por que então você queria me contar?**

04 Enfrentando as Fake News

Enfrentar as Fake News é um desafio multifacetado que requer uma abordagem ampla. É importante combinar esforços de educação, verificação de fatos, transparência nas plataformas digitais, apoio ao jornalismo de qualidade e engajamento cívico. Ao promover uma cultura de pensamento crítico, transparência e responsabilidade, podemos trabalhar juntos para mitigar os impactos negativos das Fake News em nossas sociedades.

Ações de enfrentamento

1. Educação Digital:

Promover a educação digital desde as escolas, ensinando habilidades de pensamento crítico e verificação de fontes. Oferecer programas de treinamento para adultos sobre como identificar e lidar com Fake News.

2. Verificação de Fatos:

Investir em organizações de verificação de fatos (fact-checking) e promover o uso desses serviços. Encorajar as plataformas de mídia social a destacarem informações verificadas em conteúdos suspeitos.

3. Colaboração entre Plataformas e Governos:

Estabelecer parcerias entre as plataformas de mídia social e os governos para detectar e remover Fake News. Desenvolver políticas claras e transparentes para lidar com desinformação online.

Referências

OLIVEIRA, Adriele Marques. **A Problemática da Desinformação e das Fake News na Contemporaneidade**. IX ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Recife, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18ZIQGQIAYarCMj2i4mT_2exZhYZNb6FL/view>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OLIVEIRA, Sara Mendonça Poubel de. **Disseminação da Informação na era das Fake News**. Artigo publicado no V Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/3771/2161>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NUNES, Paulo. **As Três Peneiras de Sócrates**: nem boas, nem úteis, nem verdadeiras. Fantástica Cultural, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://www.fantasticacultural.com.br/artigo/1177/as_tres_peneiras_de_socrates_nem_boas_nem_uteis_nem_verdadeiras>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ARENDT, Hannah. **Verdade e Política**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W.Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2003.